

ESTRATÉGIA DE AQUISIÇÕES DO PROJETO PARA O DESENVOLVIMENTO - EAPD -

MANUAL DE OPERAÇÕES - MOP

Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável – PDRS
PROJETO SÃO JOSÉ IV

Estratégia de Aquisições do Projeto para o Desenvolvimento

VISÃO GERAL DO PROJETO

País:	Brasil
Nome Completo do Projeto:	Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável (PDRS) – São José IV
Valor Financiado (\$):	USD 100.000. 000,00
Número do Projeto:	(INSERIR)
Resumo dos Objetivos de Desenvolvimento do Projeto:	O Objetivo de Desenvolvimento do Projeto (PDO) promover atividade econômica para organizações de agricultores familiares, aumentando seu acesso a mercados e a abordagens de resiliência climática, e, aumentar o acesso da população rural ao abastecimento de água aprimorado.

Será firmado Acordo de Empréstimo entre o Banco Mundial e o Governo Brasileiro, sendo o estado do Ceará o mutuário e a Secretaria de Desenvolvimento Agrário – SDA a responsável por executar e supervisionar a implementação do Projeto, fornecendo suporte a todos executores, conforme necessário.

Valores acordados:

O **Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável (PDRS) – São José IV** monta um total de USD 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de dólares americanos). O financiamento do Banco Mundial (BIRD/AID) engloba um total de USD 100.000.000,00 (cem milhões de dólares americanos). Esse valor é composto pela contrapartida nacional de USD 50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares americanos), que serão executados na modalidade de IPF (Financiamento de Projeto de Investimento). Essa modalidade requer que as licitações sejam realizadas conforme o Regulamento de Aquisições para Mutuários de Operações de Financiamento de Projetos de Investimento, de julho de 2016:

(<http://pubdocs.worldbank.org/en/813421487104372186/Procurement-Regulations-for-IPF-Borrowers-portuguese.pdf>).

Componentes:

- **COMPONENTE 1 – Inclusão Econômica Sustentável**

Esta componente buscará contribuir para o fortalecimento da Agricultura Familiar apoiando atividades produtivas, sustentáveis, inovadoras e inclusivas. Como estratégia de ação este componente possui três subcomponentes descritos a seguir:

Subcomponente 1.1. – Realizar investimentos nas Cadeias Produtivas Estratégicas para a Geração de Renda e Resiliência Climática.

Subcomponente 1.2. – Realizar investimentos produtivos e sociais para grupos prioritários – mulheres, jovens, remanescentes de Quilombos, indígenas, pescadores artesanais e movimento dos atingidos por barragem (MAB).

Subcomponente 1.3. – Fortalecer a sustentabilidade e capacidade de gestão da organização, da produção e do empreendimento.

Durante a execução deste componente será levado em consideração primar pelos aspectos relacionados a gênero e geração, buscando oportunizar o protagonismo das mulheres e estimular o acesso dos jovens ao projeto.

- **COMPONENTE 2 – Serviços de Água**

Este componente prima por ampliar o acesso a serviços hídricos em áreas prioritárias contribuindo com as ações do Estado para universalização. Como estratégia de ação este componente possui três subcomponentes descritos a seguir:

Subcomponente 2.1. – Ampliar infraestrutura de abastecimento de água e esgotamento sanitário simplificado.

Subcomponente 2.2. – Aumentar a resiliência das famílias para a convivência com o semiárido por meio de reuso e conservação hidroambiental.

O subcomponente 2.2 foi subdividido em 2.2.1 para ação relacionada a implantação de sistema de reuso com viés produtivo, realizando conexão com o componente 1 (um) do projeto. Espera-se que durante a etapa de diagnóstico e elaboração do plano de negócio possa ser incluído o reuso de águas cinzas para alguma atividade econômica relacionada com o projeto que será elaborado. A outra vertente deste subcomponente é o 2.2.2 que busca implantar um piloto de conservação hidroambiental.

- **COMPONENTE 3 – Apoiar o fortalecimento institucional de parceiros estratégicos e a gestão do Projeto**

Este componente do projeto está em fase de construção e modificação constante, pois será o componente de enlace entre os demais componentes, com objetivo de promover atuação estratégica entre a

Secretaria e os parceiros. Como estratégia de ação este componente possui três subcomponentes descritos a seguir:

Subcomponente 3.1. – Gerenciar o Projeto;

Subcomponente 3.2. – Fortalecer a capacidade de organização, gestão e operação das entidades co executoras, colaboradores e parceiros;

Subcomponente 3.3. – Realizar estudos estratégicos e a gestão do conhecimento.

Custo Total do Projeto (USD)

Componente	Custos USD
1 – Inclusão econômica sustentável	60.000.000,00
2 – Serviços de água	52.500.000,00
3 – Apoiar o fortalecimento institucional de parceiros estratégicos e a gestão do Projeto.	37.500.000,00
Total	150.000.000,00

Indicadores de Resultados

- Aumento no valor bruto médio de vendas de produtores sob planos de negócios apoiados.
- Agricultores adotando tecnologia agrícola aprimorada.
- Pessoas atendidas com acesso aprimorado ao abastecimento de água.

VISÃO GERAL DO PAÍS, DO EMPRÉSTIMO E DO MERCADO

a. Contexto Operacional: Aspectos de Governança, Econômicos, de Sustentabilidade e Tecnológicos.

Após uma “Década Dourada” de rápido crescimento e progresso social, a economia do Brasil primeiro tropeçou e depois caiu recessão profunda. O crescimento declinou de uma média de 4,5% ao ano entre 2006-10 e 2,4% em 2011-14 seguido de novas contrações em 2015 e 2016. Enquanto fatores externos desencadearam a desaceleração, uma política expansionista em resposta levou a um rápido aumento do desequilíbrio fiscal e, juntamente com a crescente incerteza política interna, uma perda de confiança e queda acentuada do investimento. A crise econômica precipitou um rápido aumento do desemprego em 2015 e 2016, durante o qual mais de 3 milhões de brasileiros perderam seus empregos, e os salários médios reais caíram 0,3% e 2,3% respectivamente, deprimindo ainda mais a demanda doméstica.

Porém, de acordo com informações do Banco Central, os economistas do mercado financeiro reduziram a estimativa para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), mas mantiveram estáveis as estimativas positivas para a inflação de 2018 e 2019, o que favorece a recuperação do mercado.

A crise ameaça uma década de progresso no desenvolvimento do Brasil, precipitando um rápido aumento do desemprego, com perdas de emprego de 0,6 milhões em 2015 e 2,0 milhões em 2016. Como resultado,

a pobreza aumentou em 2015 e 2016. Com o crescimento econômico morno em andamento, estima-se que a pobreza tenha se estabilizado em 20,6% em 2017.

Restaurar a sustentabilidade fiscal é o desafio econômico mais urgente para o Brasil. Para lidar com a dinâmica da dívida insustentáveis, em dezembro 2016, o Governo adotou uma emenda constitucional para limitar o crescimento da despesa pública, o que implica um ajuste acumulado de 5 pontos percentuais do PIB para o período 2019/2026 para estabilizar a dívida em cerca de 89% do PIB até 2026. A implementação desse ajuste fiscal requer o alívio da rigidez que afeta os gastos públicos e os mecanismos de vinculação de receita, que tornam obrigatória mais de 90% dos gastos primários do governo federal. Também exigirá uma reforma abrangente da seguridade social para deter o aumento projetado do déficit e a possível adoção de controles sobre a massa salarial e programas de racionalização para apoiar o desenvolvimento do setor privado. Esse grande desequilíbrio fiscal também afeta governos subnacionais com capacidade limitada para lidar com a crescente massa salarial e pagamentos de pensão, a menos que reformas sejam adotadas. Enquanto a contenção de gastos continuará, portanto, a dominar a agenda fiscal, há um amplo escopo para melhorias de eficiência em todos os serviços públicos e que o ajuste fiscal não precisa incorrer em piora no acesso ou na qualidade do serviço. No entanto, a realização de ganhos de eficiência requer mudanças estruturais nas regras e incentivos orçamentários e há resistência de alguns grupos de interesse do setor público.

O Brasil também precisará acelerar o crescimento da produtividade e o desenvolvimento de infraestrutura. A aceleração do crescimento da produtividade continua a ser uma prioridade-chave para o país e existe espaço limitado para o crescimento liderado pelo setor público. Níveis mais altos de investimento em infraestrutura também serão necessários para garantir a manutenção adequada e a expansão do estoque de infraestrutura existente necessário para atender às necessidades da população e aumentar as perspectivas do Brasil de maior crescimento econômico e competitividade. Isso exige uma melhor capacidade de planejamento no nível do governo, melhorando o ambiente regulatório e alavancando recursos privados para financiar investimentos.

A economia do estado do Ceará representou 2,10% do PIB brasileiro em 2016. Vindo de três elevações consecutivas no PIB de 2012 a 2014, o Estado sofreu os impactos da crise fiscal em 2014 e teve taxas negativas de 3,85 e 5,33 por cento em 2015 e 2016. Durante o primeiro trimestre de 2018, a economia do estado mostrou sinais de recuperação, com um aumento de 1,55% em relação ao mesmo período de 2017. O setor agropecuário representou 5,31% dessa expansão.

O Estado do Ceará tem priorizado investimentos e programas para restaurar o dinamismo econômico e reter os ganhos sociais do passado. Em 2015, o governo do Ceará lançou o plano estratégico "Os Sete Cearás" priorizando investimentos em sete dimensões de desenvolvimento: (a) Planejamento participativo e gestão pública de resultados; (b) Direitos humanos, moradia e inclusão social; (c) negócios e empreendedorismo, incluindo a agricultura familiar; (d) Água e sustentabilidade ambiental, incluindo infraestrutura e energia; (e) Educação, inovação, ciência e tecnologia; (f) saúde e saneamento; e (g) segurança pública e desenvolvimento urbano. O Plano Plurianual preparado para o período 2016-2019 também incorporou os esforços do Estado para melhorar a eficiência da prestação de serviços públicos,

por meio de quatro pilares estratégicos: (1) implementação de modelo de gestão pública baseado na obtenção dos resultados desejados pela sociedade, políticas e programas. ; (2) participação cidadã na construção, implementação, monitoramento e avaliação de programas e projetos; (3) promover o desenvolvimento territorial, superando os desafios e oportunidades, com base nas especificidades regionais; e (4) melhorar a implementação intersetorial de políticas públicas. Mais recentemente o Governo lançou o “Plano Estratégico de Desenvolvimento - Ceará 2050” com o objetivo de implementar estratégias de layout para acelerar o crescimento econômico de longo prazo do Estado e para atender mais eficazmente as expectativas da sociedade para a prestação de serviços essenciais de saúde, educação, oferta de água, segurança pública e geração de emprego e renda.

A agricultura é vital para a economia rural do estado do Ceará. Embora a agricultura represente apenas 4,5% do PIB do Ceará (que aumenta para 8% quando toda a cadeia de valor do agronegócio é incluída), é a principal fonte de atividades econômicas nas áreas rurais, particularmente para pequenos proprietários de terra. A agricultura gera 21% do emprego e está diretamente relacionada à segurança alimentar e nutricional. O Ceará tem 341.000 lares agrícolas, cobrindo quase 8 milhões de hectares. Quase 75% dos agregados familiares agrícolas têm menos de 10 hectares, representando menos de 7 por cento da área total. Embora a agricultura familiar ocupe uma pequena área, ela representa 59,3% do Valor Bruto da Produção (PIB), contra 40,7% das fazendas de grande porte.

A população rural e as atividades agrícolas são altamente vulneráveis às condições climáticas. Cerca de 91% do território do Ceará está na região semiárida do Brasil, com temperaturas elevadas, variabilidade espacial e temporal das chuvas e alta escassez de água. Essa realidade foi agravada pelos seis anos consecutivos de seca do Estado desde 2012, incluindo um ano em que as chuvas ficaram 46% abaixo do valor histórico. Cerca de 92% dos agricultores familiares não têm acesso a terras irrigadas e, portanto, dependem inteiramente das chuvas. A produção de certas culturas (milho, feijão e arroz) e pecuária (bovinos, suínos e aves) foi severamente afetada pelos vários anos de seca de 2011 a 2016. Os modelos de mudança climática projetam aumentos significativos de temperatura para 2020-2099 no interior do Ceará juntamente com a diminuição das chuvas. Embora os modelos climáticos sejam menos precisos na previsão da distribuição de chuvas, também é esperado um aumento geral nos eventos extremos. Isso aumentaria ainda mais o desafio à resiliência climática da produção agrícola no Nordeste do Brasil. Além disso, a escassez de água combinada com a degradação da terra afetou negativamente a produtividade agrícola. Para lidar com condições climáticas adversas, os sistemas agrícolas precisam construir resiliência por meio de práticas e tecnologias agrícolas inteligentes em termos de clima. Isso poderá aumentar a produtividade agrícola, reduzir a vulnerabilidade das comunidades rurais aos extremos climáticos e proteger os agricultores do preço da volatilidade alimentar.

O **Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável (PDRS) – São José IV** contempla ações de sustentabilidade das populações rurais, promovendo atividades econômicas para organizações de agricultores familiares, de forma a aumentar o acesso a mercados e às abordagens de resiliência climática, bem como aumentar o acesso dessa população rural ao abastecimento de água aprimorado.

Serão licitadas várias atividades para atender as populações rurais, que estarão prevista em um Plano de Aquisições, que definirá para cada contrato a ser financiado pelo Acordo de Empréstimo, os métodos, a necessidade de pré-qualificação, os custos estimados, os requisitos de revisão prévia e posterior e o prazo de início de cada certame. Deverá ser atualizado ao menos anualmente e conforme necessário para refletir as reais necessidades de implementação do Projeto e as melhorias na capacidade institucional dos entes envolvidos.

Para prover o adequado acompanhamento do Projeto, o Banco Mundial disponibilizará sistemas de apoio às atividades fiduciárias, como o *Client Connection* para a Gestão Financeira e o STEP para o gerenciamento das licitações e atualizações do Plano de Aquisição. Além desses, a UGP e os Executores utilizarão para fins de execução, controle e monitoramento, os seguintes sistemas:

Nº	Sistemas	Descrição	Utilizados por	Utilizado para
1	SIAP	Sistema Integrado de Acompanhamento de Programas e Projetos - responsável pelo acompanhamento da execução das despesas do Estado.	UGP/Financeiro	Acompanhamento de MAPP Plano Operativo Solicitação de parcelas
2	S2GPR	Sistema de Gestão Governamental por Resultados - responsável pelos empenhos e pagamentos do Estado.	UGP/Financeiro	Empenho Liquidação Pagamentos das despesas
3	SIOF	Sistema Integrado de Orçamento e Finanças - responsável pela elaboração e acompanhamento da execução orçamentária.	UGP/Financeiro	Cadastro do Orçamento Anual
4	SACC	Sistema de Acompanhamento de Contratos e Convênios - responsável pelo cadastro e controle da execução dos contratos e convênios de despesas.	UGP/Financeiro e Jurídico	Cadastro de Contratos/Aditivos e Termos de Fomento
5	IFR-Ceará	<i>Interim Financial Report</i> - responsável pela emissão de Relatórios Financeiros do Projeto.	UGP/Financeiro	Documentar despesas trimestralmente para o Banco Mundial
6	LicitaWeb	Sistema responsável pelo acesso aos avisos e resultados das licitações e contratações diretas para gestores, fornecedores e sociedade.	PGE SDA/Núcleo de Licitação	Divulgação das Licitações
7	<i>Client Connection</i>	Sistema do Banco Mundial utilizado para cadastro de pedidos de saques, reembolsos e desembolsos.	UGP/Financeiro	Acompanhamento do Acordo de Empréstimo, Pedidos de Adiantamento, Desembolso e Pagamento Direto
8	STEP	Systematic Tracking of Exchanges in Procurement.	UGP/Gerencia de Aquisições	Gerenciamento das Aquisições do Projeto

Nº	Sistemas	Descrição	Utilizados por	Utilizado para
9	E-Parcerias	Sistema de Gestão das parcerias do Poder Executivo Estadual	UGP e Entidades Beneficiárias	Gestão da Parceria firmada (sistema de execução)
10	SIGPRO	Sistema de Gerenciamento de Projeto	UGP Entidades Beneficiárias e Fornecedores	Acompanhamentos da Implantação do Projeto (sistema de gerenciamento)
11	SIGAF	Sistema de Gestão da Agricultura Familiar	Entidades Beneficiárias	Ferramenta de Gestão dos Projetos que serão implantados (sistema de gerenciamento exclusivo para as ERBs)

As Entidades Representativas de Beneficiários (ERB) utilizarão o sistema governamental E-Parcerias quando firmarem Termo de Fomento. A UGP previamente cadastrará os planos de trabalho dos Termos de Fomento neste sistema, identificando todas as aquisições contempladas (metas). As licitações depois de realizadas serão cadastradas no E-Parcerias pelas ERBs, assim como os contratos. As ERBs realizarão os pagamentos por meio desse sistema, através de ordem bancária de transferência (OBT). A UGP tem acesso à verificação documental, mas não consegue bloquear pagamento.

No entanto, a UGP possui um sistema de gerenciamento de projeto SIGPRO, que é disponibilizado aos beneficiários para realização de todas as medições, controle de licitações, cadastramento dos contratos, e que é utilizado paralelamente ao E-Parcerias com vista a minimizar os riscos de controle.

O SIGAF é um sistema governamental desenvolvido para apoiar as entidades no gerenciamento de suas atividades produtivas: a produção, os estoques, vendas, resultados e rendimentos.

Para apoiar os ERBs, a UGP com apoio da Escola de Gestão Pública (EGP), proverá capacitações sobre a utilização dos sistemas E-parcerias, SIGPRO e SIGAF. Além das capacitações a UGP proverá apoio no decorrer da execução, por meio de empresas que serão contratadas para esse fim.

- b. Capacidade do Cliente e Avaliação da Unidade de Informação do Projeto (PIU):** experiência, necessidade de suporte prático, gerenciamento de reclamações com sistemas de resolução de disputas e capacidade de gerenciamento de contratos.

A realização desta operação de crédito com base no instrumento IPF (Investment Project Financing) vem de uma parceria de longo prazo entre o estado do Ceará e o Banco Mundial, considerando que esta é a quarta fase do Projeto São José.

Haverá uma Unidade Gestora de Projeto sediada na SDA, com equipe que possui adequada experiência em projetos financiados pelo Banco Mundial.

As licitações para a execução do Projeto serão realizadas de acordo com o **“Regulamento de Aquisições para Mutuários de Operações de Financiamento de Projetos de Investimento: Aquisições em Operações de Financiamento de Projetos de Investimento - Bens, Obras, Serviços Técnicos e Serviços de**

Consultoria de julho de 2016” e as disposições estipuladas no Contrato Legal (Acordo de Empréstimo e Carta de Desembolsos). A equipe de licitações, composta por 06 colaboradores, possui experiência na execução de projetos financiados pelo Banco Mundial relativa às Diretrizes de 2011. Para equalizar a lacuna de conhecimento entre uma regra e outra, as equipes passaram por treinamento sobre o novo regulamento.

Para realizar as contratações o Projeto poderá contar com co-executores, dentre esses, o Instituto Agropolos do Ceará (IAC), e as Comissões de Licitações da Procuradoria Geral do Estado (PGE). Nesse entendimento estão estipuladas as seguintes atividades para cada co-executor:

- Instituto APROPOLOS do Ceará – para prover a contratação da equipe base do Projeto (sede e campo), custos operacionais da equipe, realização dos eventos de capacitação – logística: espaço, alimentação, deslocamento, materiais de curso, Eventos estratégicos e Consultorias Individuais. A equipe é a mesma que atuou no São José III e o Banco Mundial proverá não objeção para continuidade desses colaboradores na fase IV. Caso algum colaborador não deseje continuar, deverá ser providenciado certame na regra do Banco para prover a vaga. A equipe de licitações do Agropolos não possui experiência na regra do Banco Mundial e será necessário participar de treinamento sobre o regulamento de aquisições. O representante legal do Agropolos assinará os contratos resultantes das licitações que realizar.
- PGE – Levantamento e Estudos Estratégicos das Cadeias Produtivas da Agricultura Familiar, Consultoria Individual que identificará as cadeias com o resultado do levantamento, Consultoria de Empresa para realizar estudos estratégicos das cadeias; Consultoria de Empresa para elaborar Planos de Negócios. A PGE é o órgão do estado do Ceará que realiza os certames de execução direta (realizados diretamente pelo governo de estado sem apoio de organismo executor, como o Agropolos, ou seja, é a Central de Licitações do estado do Ceará, lotada na Procuradoria Geral do Estado (PGE). Esta Central possui áreas específicas para licitar atividades no âmbito dos Acordos de Empréstimos, dentre essas (i) a Comissão Especial de Licitações (CEL 04), composta por quatro pessoas que licitam consultorias, bens e obras na categoria “Solicitação de Cotação” (até o limite de cem mil dólares), e a Comissão Central de Concorrência (CCC), composta por seis integrantes, que licitam obras, aquisições e serviços de engenharia acima de cem mil dólares. A equipe de licitação da PGE tem experiência com as Diretrizes de 2011 do Banco Mundial e para equalizar a mudança do regulamento de aquisições deverá ter toda sua equipe treinada na nova regra. Da CEL 04 apenas 01 (um) integrante fez o treinamento, faltam 03 (três) e da CCC apenas 03 (três) fizeram o treinamento, sendo necessário que os outros 03 (três) também o façam. A PGE informou que o quantitativo de pessoal é suficiente para o bom desempenho das licitações previstas, mesmo havendo inúmeros outros projetos que por lá tramitam. O setor de licitações da UGP apoiará a elaboração dos editais relativos aos métodos previstos no Plano de Aquisições, para posterior envio à Central de Licitações da PGE. A Central de licitações da PGE somente realiza os certames e quem assina os contratos são os ordenadores de despesa demandantes das licitações na SDA.

Quanto às licitações, para um adequado gerenciamento de reclamações e resolução de disputas, as Comissões de Licitações deverão ler os editais do Banco e se inteirar sobre os prazos de recursos e respostas previstos em tempo hábil. De toda forma, o Manual do Projeto deverá ser divulgado e deverá ter capítulo especial indicando os mecanismos para queixas e reclamações, principalmente para controle

social, de forma que os beneficiários ou proponentes ou terceiros que se sintam prejudicados, possam ser ouvidos e atendidos.

A gestão dos contratos deverá se dividir entre a instituição que proverá os contratos e a Unidade Gestora do Projeto. Atenção especial deverá ser dispensada aos prazos contratuais, zelando pelo princípio da eficiência e à adequada execução dos serviços contratados, utilizando mecanismos de recebimento provisório na entrega de bens e obras, e definitivo após verificação e aprovação, zelando pelo princípio da vinculação ao instrumento convocatório e pela qualidade esperada.

c. Análise de Mercado: Dinâmica do setor de mercado, Financeiro, Tendências de Seleções

O Plano de Aquisições contempla a contratação de consultorias de empresas, consultorias individuais, bens, serviços comuns e obras.

A maioria das licitações não possuem um alto grau de complexidade, são relativamente comuns para o mercado, inclusive as obras, mas que demandam que técnicos experientes elaborem os documentos que basearão as licitações, de forma a transmitir de forma clara os serviços esperados, como também os limites desses serviços, evitando-se propostas onerosas e em desacordo tecnicamente com o que se espera receber.

Os valores previstos no plano de aquisições estão atualmente adequados e similares a contratos recentes, porém, caso ocorra atrasos na aprovação do Projeto estarão passíveis de alterações (atualização de valores), pois os Termos de Referência estão ainda em construção, juntamente com as respectivas estimativas de custos e orçamentos. Se nessa construção for identificado novos valores estimados, o Plano de Aquisições, que já estará implantado no STEP, deverá ser atualizado e submetido à não objeção do Banco antes da licitação.

As empresas de consultorias costumam auferir preços por produtos, ou seja, analisam as atividades que são necessárias realizar para construção de cada produto e estipulam quantidade de horas/homem para cada atividade, dentro do prazo informado no TDR para a entrega do respectivo produto. Dessa forma é necessário que os TDRs sejam objetivos e informem para cada produto, as atividades necessárias a serem realizadas para que sejam concluídos. Buscar ter no plano de aquisições valores reais à realidade de mercado traz eficiência aos processos, evitando retrabalho.

As atividades de consultorias planejadas para serem licitadas apontam para vários métodos, dentre esses o método de SBQC – Seleção Baseada em Qualidade e Custo, para consultorias de valores mais expressivos; SQC – Seleção Baseada nas Qualificações do Consultor, para contratação de serviços de consultoria pessoa jurídica de baixo valor e complexidade, sendo pontuado somente a parte técnica e negociado o valor proposto; SOF – Seleção por Orçamento Fixo, indicado para contratação de serviços de Assistência Técnica Contínua a ser prestada para os agricultores rurais atendidos pelo Projeto, cujo orçamento dessa prestação dos serviços já é bem definido pelo mercado e em geral prestado por organizações do terceiro setor; SMC – Seleção pelo Menor Custo, onde o preço não é pontuado, somente a qualidade técnica, mas sendo contratada a proponente que atende a nota de corte técnica e que apresentou o menor preço.

Para cada SBQC, SOF e SMC sugere-se ofertar sempre a realização de reunião de esclarecimentos (devendo esta estar prevista no edital) para tirar dúvidas das proponentes da lista curta, de forma a apoiar a elaboração de suas propostas. Nesta reunião devem estar presentes as pessoas que elaboraram o Termo de Referência, a equipe de licitações do Projeto e representantes da UGP, para tirar dúvidas tanto técnicas quanto sobre o procedimento do respectivo método de licitação.

Nessas reuniões deve-se separar proponentes de um lado e equipe de Projeto do outro lado da mesa, usando critérios de organização onde se determina quais tipos de dúvidas serão tratadas inicialmente, ou seja, dúvidas técnicas podendo ser priorizadas com suas respectivas respostas pela equipe técnica do Projeto e logo após dúvidas de licitações e contratos, onde a equipe de licitações responderá. Ao término, todos os representantes de proponentes são convidados a se retirar ao mesmo tempo, não se permitindo contatos e abordagens individuais, zelando-se assim pelos princípios da transparência, igualdade e probidade. A reunião deve conter lista de presenças com as devidas identificações, bem como todas as perguntas e respostas devem ser anotadas para envio posterior a todas as proponentes, inclusive as que não compareceram à reunião. Essas ações corroboram com propostas técnicas e financeira mais adequadas ao objeto a ser licitado.

Para os métodos de aquisições, quando suportados por editais, devem zelar pelo esclarecimento de dúvidas de forma isonômica e transparente e dentro do prazo previsto no edital. Cuidado redobrado as Comissões de Licitações devem ter para não fornecerem informações privilegiadas.

Contratação de Assistência Técnica Rural

O mercado que provê assistência técnica rural no estado de Ceará é composto em geral por entidades do terceiro setor. Por uma questão lógica de capacidade de mercado, recomenda-se que esses editais sejam elaborados por lotes por território ao menos, de forma a não gerar desequilíbrio econômico e financeiros dessas organizações, ou licitações desertas, pois possuem uma capacidade limitada de quantitativo de capital e de pessoal, mas que possuem experiência adequada nas atividades do Projeto.

d. Requisitos Legais: Regras a serem atendidas

Para as licitações e contratos o mutuário deverá seguir a regra estipulada no Acordo de Empréstimo, com atendimento apenas subsidiário do regramento nacional. Os Acordos de Empréstimos possuem força de Lei Ordinária e são aprovados por ambas as casas, em nome do Senado Federal. O atendimento do regramento de aquisições internacional é fato conciliado e ponto pacífico entre os órgãos de controle nacionais e os organismos financeiros internacionais, como o Banco Mundial. O não atendimento do estabelecido no Acordo de Empréstimo pode ensejar o cancelamento de parte do financiamento e devolução dos respectivos recursos.

Atendimento subsidiário da Lei Nacional de Licitações e Contratos é relativo a abertura de processo administrativo, elaboração de documento base com a respectiva estimativa de custos ou orçamento, aprovação de superior hierárquico, comprovação de disponibilidade de recursos para financiamento da contratação, e, quando de execução direta (sem ser por organismo de cooperação técnica ou outra entidade de apoio à execução), deve haver análise de Consultor Jurídico do órgão.

Os documentos dos certames após uma não objeção do Banco Mundial não podem ser alterados sem dar ciência ao Banco para verificar se a alteração será passível de outra análise de não objeção. No mesmo entendimento, não se pode dar publicidade a nenhuma atividade no projeto que não esteja contemplada no Plano de Aquisições aprovado pelo Banco.

As equipes técnicas devem atentar para toda a gama de legislação pertinente às suas contratações, como exemplo de licenças ambientais dos empreendimentos produtivos.

O Componente 01 prevê repasse de recursos para Entidades Rurais Beneficiárias (ERB), atividade regulada pela Lei 13.019/2014, Decreto Federal 8.726/2014 e Decretos Estaduais 31.621/2014, 32.810/2018 e 32.811/2018, incluindo Lei complementar 178/2018.

Todos os contratos no âmbito do Projeto devem conter as Cláusulas de Combate à Fraude e à Corrupção, descritas a seguir:

Por se tratar de um contrato financiado pelo BANCO MUNDIAL, se o CONTRATANTE concluir que a parte CONTRATADA incorreu em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas, durante a seleção ou na execução do contrato, poderá, após notificar a parte CONTRATADA em um prazo de 14 (quatorze) dias úteis, rescindir o contrato, considerando as definições a abaixo:

- (i) “**prática corrupta**” significa oferecer, dar, receber, ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer coisa de valor com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- (ii) “**prática fraudulenta**” significa a falsificação ou omissão dos fatos a fim de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- (iii) “**prática colusiva**” significa esquematizar ou estabelecer um acordo entre duas ou mais partes¹, com ou sem o conhecimento do Mutuário ou de seus Prepostos, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- (iv) “**prática coercitiva**” significa causar dano ou ameaçar causar dano, direta, ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
- (v) “**prática obstrutiva**” significa:
 - (a) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas a auditores, com o objetivo de impedir materialmente uma inspeção do BANCO MUNDIAL de alegações de prática corrupta, fraudulenta, coercitiva ou colusiva e/ou ameaçar, perseguir ou intimidar qualquer parte interessada, para impedi-la de mostrar seu conhecimento sobre assuntos relevantes à investigação ou ao seu prosseguimento, ou
 - (b) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício dos direitos do BANCO MUNDIAL de promover inspeção ou auditoria.

➤ **Medidas a Serem Adotadas:**

1. O BANCO MUNDIAL cancelará a parte do empréstimo ou doação relativa ao contrato se, a qualquer momento, concluir que os representantes do Mutuário/CONTRATANTE ou de um beneficiário do empréstimo estiveram envolvidos em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas ou

¹ Para os fins dessa cláusula o termo “partes” refere-se aos participantes

coercitivas durante o processo de seleção ou de execução do contrato, sem que o Mutuário/CONTRATANTE tenha tomado medidas oportunas, adequadas e satisfatórias ao BANCO MUNDIAL, para remediar a situação;

2. O BANCO MUNDIAL imporá sanções à parte CONTRATADA, podendo declará-la inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para outorga de um contrato financiado pelo BANCO MUNDIAL, se a qualquer momento concluir que ela teve envolvimento direto ou por meio de um agente com práticas corruptas, fraudulentas, colusivas ou coercitivas ao participar da seleção ou executar o contrato.

➤ **Inspeção e Auditoria**

A parte CONTRATADA deverá permitir que o BANCO MUNDIAL e/ou pessoas por ele indicadas possam inspecionar suas contas e registros relacionados com a apresentação de suas propostas e/ou cotação de preços e com a execução do Contrato, bem como o CONTRATADO deverá permitir que essas contas e registros sejam auditadas por auditores indicados pelo BANCO MUNDIAL se esse assim exigir.

Aquisições no âmbito do Coexecutor Instituto Agropolos:

Todos Coexecutores deverão realizar os procedimentos de licitações e contratos conforme a regra estabelecida no Acordo de Empréstimo.

Para a efetividade do Projeto, a UGP deverá elaborar um plano de aquisições de suas atividades previstas para um período de 18 meses em planilha eletrônica, englobando todas as licitações prevista.

Para iniciar as licitações, após o projeto entrar em efetividade, o plano de aquisições para os primeiros 18 meses de execução deverá ser atualizado para inserção no STEP.

Somente após comunicação oficial por parte da UGP sobre a aprovação e não objeção do Banco Mundial ao Plano de Aquisições do Projeto, é que as licitações poderão ser iniciadas.

Sob hipótese alguma poderá se iniciar uma licitação sem a aprovação formal do Plano pela UGP, para não incorrer em risco de inelegibilidade e devolução de recursos ao Banco Mundial.

As equipes de licitações deverão participar, sempre que possível, das capacitações do Banco Mundial sobre o novo Regulamento de Licitações.

Aquisições no âmbito das Entidades Representativas de Beneficiários (ERBs):

As Entidades Representativas de Beneficiários (ERBs) deverão realizar os procedimentos de licitações e contratos conforme a regra estabelecida no Acordo de Empréstimo.

Licitarão as atividades previstas no Plano de Trabalho de seus respectivos Termos de Fomento. Devem ser instruídas a não mudar os itens previstos, sendo esclarecidas das possíveis consequências de não financiamento.

Deverão passar por capacitação sobre questões jurídicas de associativismo, como documentação necessária a estar operante e elegível, sobre procedimentos bancários, procedimentos de licitações, de prestação de contas e de uso e guarda dos bens e serviços recebidos no âmbito do Projeto.

ANÁLISE DE RISCO DE AQUISIÇÕES

Descrição do Risco	Proprietário do Risco	Descrição da Proposta de Mitigação
<p>Capacidade de execução (técnica): existe o risco de que a implementação do Projeto possa ser afetada por dificuldades iniciais na elaboração dos Termos de Referência e respectivas Estimativas de Custos, comprometendo assim o cumprimento das linhas de tempo acordadas.</p> <p>Risco por coexecutor</p>	<p>SDA/UGP Risco: MÉDO</p>	<p>Diante de se ter licitações que precisam ocorrer antes de outras para o adequado atendimento da lógica de desenvolvimento do Projeto, é necessário que a UGP mobilize os técnicos respectivos para acelerar a elaboração desses primeiros Termos de Referência, o quanto antes.</p> <p>Importante capacitar as equipes técnicas em elaboração de Termo de Referência e estimativas de custos, e como especificar serviços, obras e bens e elaborar respectivo orçamento.</p> <p>Com o atendimento desses quesitos o risco passa a ser: BAIXO.</p>
	<p>ERBs Risco: ALTO</p>	<p>O projeto já traz a experiência acumulada de suas últimas três versões e possui material instrutivo com modelos de documentos que devem ser elaborados pelas ERBs (especificações técnicas de bens, serviços e obras e contratos). Esse material precisa ser revisado e melhorado com base nas lições anteriores aprendidas, para disponibilização às ERBs, que devem ainda, ser capacitadas para o preenchimento adequado.</p> <p>Com o atendimento desses quesitos o risco passa a ser: MÉDIO.</p>
<p>Capacidade de execução (licitação): existe o risco de que a implementação do Projeto possa ser afetada por dificuldades iniciais na execução, devido à falta de familiaridade com os procedimentos do Banco Mundial (realização dos métodos de licitações previstos no Plano de Aquisições), comprometendo assim o cumprimento das linhas de tempo acordadas.</p> <p>Risco por coexecutor</p>	<p>PGE: CEL 04 e CCC Risco: MÉDIO</p>	<p>Considerando as licitações previstas, se faz necessário que toda a equipe da PGE (CEL 04 e CCC) seja treinada no novo regulamento de aquisições do Banco Mundial, pois menos da metade da equipe passou por esse treinamento. Porém, as equipes da PGE conhecem todos os métodos do Banco Mundial das Diretrizes anteriores e são profissionais que atuam com razoável agilidade, a considerar que suas atividades se restringem a receber os documentos aprovados e com não objeção do Banco, enviados pela UGP, para dar início aos certames, publicando, recebendo portfólios, propostas técnicas e financeiras e submetendo esses documento para análise técnica do mutuário (SDA) e respectiva adjudicação e homologação.</p> <p>Com o atendimento desses quesitos o risco passa a ser: BAIXO.</p>
	<p>Agropolos Risco: ALTO</p>	<p>O Agropolos não tem experiência com licitações na regra do Banco Mundial e precisa ter toda sua equipe de licitações treinada sobre o novo regulamento de aquisições.</p> <p>Como será contratante, é necessário que o Agropolos atenda inclusive às modalidades contratuais previstas na regra do Banco Mundial, quando assim demandado.</p> <p>Para favorecer a qualidade das contratações, é importante que as avaliações de portfólios, propostas técnicas e financeiras, análise de atendimento substancial de especificações técnicas de menor preço</p>

		<p>seja realizada por Comissão de Avaliação do Mutuário, UGP/SDA e não pela a Comissão de Licitação do Agropolos.</p> <p>Com o atendimento desses quesitos o risco passa a ser: MÉDIO.</p>
	<p>Entidades Representativas de Beneficiários (ERB) Risco: ALTO</p>	<p>As Entidades Representativas de Beneficiários (ERBs) são compostas pelas famílias de agricultores beneficiados pelo projeto e realizarão as licitações previstas em seus Termos de Fomento que são relativas a Solicitação de Cotação. O método é simples, mas as ERBs necessitam de apoio especializado para realizar os certames, com adequada logística de deslocamento para ter acesso ao comércio local, que por vezes fica muito distante de seus núcleos rurais. Para minimizar esse risco, é necessário prever nos editais de contratação das provedoras de assistência técnica, equipe de gestão para apoiar a parte documental (jurídica), bancária, de licitações e de prestação de contas que tenham veículos disponíveis ao apoio necessário às entidades, de forma a não travar a execução.</p> <p>Com o atendimento desses quesitos o risco passa a ser: MÉDIO.</p>
<p>Mercado: existe o risco de haver dificuldades de contratação de organizações e/ou profissionais previstos no Plano de Aquisições.</p> <p>Risco por coexecutor</p>	<p>PGE AGROPOLOS Risco: MÉDIO</p>	<p>A divulgação das consultorias, tanto de pessoa física ou jurídica, deve ser ampla, com publicações no DOE, DOU, jornal de circulação nacional, no site do Projeto e dos executores. Importante que a UGP do Projeto busque com outras Secretarias do estado, lista de empresas que já participaram de certames, e que também realize pesquisas na internet para verificar proponentes potenciais para a participação. Assim que publicado cada certame, a SMI e o link de publicação deve ser encaminhado por e-mail oficial do Projeto, convidando-as para participação no certame, além de se providenciar telefonemas de confirmação desses e-mails. Ações proativas fazem a diferença na participação de proponentes.</p> <p>Para licitações simples como solicitações de cotações, é importante convidar empresas locais para participar dos certames.</p> <p>Com o atendimento desses quesitos o risco passa a ser: BAIXO.</p>
	<p>ERBs Risco: ALTO</p>	<p>O mercado que atenderá as licitações das ERBs é em geral de extrema simplicidade. Alguns fornecedores localizam-se nos arredores próximos aos agricultores e por vezes, a depender do tipo de aquisição, em locais mais distantes.</p> <p>Esse mercado não é preparado para o entendimento dos procedimentos de licitações e contratos do Banco Mundial e isso é um fator de dificuldade, que por vezes soma-se à inexperiência das Comissões de Licitações dos beneficiários.</p> <p>É importante que os documentos que serão utilizados tenham o acompanhamento de cartilhas de apoio</p>

		<p>instrutivas e ilustrativas, inclusive para o mercado local, explicando o procedimento que se submeterão e o que não pode ocorrer, como combinações de preços ou qualquer outro tipo de assédio do comércio junto à Comissão para se autofavorecer. A cartilha deve inclusive informar o que ocorrer se a regra não for cumprida, as consequências.</p> <p>Com o atendimento desses quesitos o risco passa a ser: MÉDIO.</p>
<p>Gestão Contratual para o atendimento dos resultados previstos</p> <p>Risco por coexecutor</p>	<p>UGP/SDA AGROPOLOS Risco: MÉDIO</p>	<p>A gestão contratual deve zelar pelo cumprimento dos prazos e entrega eficiente dos produtos, bens e serviços contratados.</p> <p>Especial atenção deve ser dada aos contratos da equipe do projeto, que são renováveis. Contratualmente a renovação deve estar atrelada a uma avaliação de desempenho do profissional. As renovações contratuais desses profissionais devem ser preparadas com antecedência mínima de 2 (dois) meses antes do vencimento, de forma a impedir que os profissionais trabalhem sem cobertura jurídica, dias esses não reembolsáveis e geradores de passivo trabalhista.</p> <p>Da mesma forma os prazos dos contratos com pessoas jurídicas devem, quando passíveis de renovação, ter providências minimamente 2 (dois) meses antes da data final.</p> <p>Com o atendimento desses quesitos o risco passa a ser: BAIXO.</p>
	<p>ERBs Risco: ALTO</p>	<p>As ERBs podem passar por dificuldade no recebimento dos bens, obras e serviços contratados, pois além de inexperiência, lidam com um comércio local que desconhece ignora por vezes, regras do PROCON e de licitações e contratos.</p> <p>Para evitar maiores problemas é necessário capacitar as Comissões de Licitações em gestão de contratos, principalmente quanto a forma de recebimento, aprovação e pagamento dos bens, obras e serviços contratados, munindo-as de ferramentas adequadas, de recebimento provisório e definitivo.</p> <p>Com o atendimento desses quesitos o risco passa a ser: MÉDIO.</p>

OBJETIVOS DE AQUISIÇÕES

1. 400 Projetos Produtivos Sustentáveis.
2. 165 Sistema de Abastecimento de Água.
3. 5.250 Módulos Sanitários Domiciliares.
4. Entidades Representativas dos Beneficiários capacitadas e fortalecidas a nível de produção e uso de sistemas de controle.

OPÇÕES DE ABORDAGEM DE AQUISIÇÕES E RECOMENDAÇÕES

- Contrato e custo estimado

O Contrato de Empréstimo está previsto no total de USD 100.000. 000,00 (cem milhões de dólares americanos). O total do projeto incluindo contrapartida é de de USD 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de dólares americanos). O Plano de Aquisições foi elaborado com um custo estimado de USD **99.689.000,00**. Essas ações englobam tudo o que foi pensado para o Projeto para os primeiros 18 (dezoito) meses. Os próximos planos de aquisições estarão contemplados no sistema de aquisições do Banco, o STEP, com prazos anuais.

Categorias de Gastos do Projeto (US\$)

Categorias do Plano de Aquisições – 18 meses	Custos USD (3,67)
<u>Consultoria Individual</u> : O projeto realizará contratações de consultores individuais para apoio à UGP.	14.720.000,00
<u>Consultoria de Empresa</u> : O projeto realizará a contratação de várias consultorias técnicas especializadas .	26.764.000,00
<u>Bens</u>	12.885.000,00
<u>Serviços</u> : Serviços não consultoria	5.520.000,00
<u>Obras</u>	39.800.000,00
Total Previsto no Plano de Aquisições 18 meses (sem despesas operacionais)	99.689.000,00

Taxa do dólar: 3,67

- **Detalhamento Geral da abordagem de Aquisição**

Consultorias Individuais

Quanto às Consultorias Individuais é necessário cuidado especial ao se estabelecer os critérios para a qualificação dos profissionais. O Banco Mundial já desenvolveu uma estratégia de montagem de critérios que privilegia a experiência do consultor, em torno de 70/30, ou seja, setenta pontos para experiência e 30 para formação, com nota de corte de 70 pontos totais, podendo ser aceito até 60 pontos mínimos, desde que autorizado pelo Especialista de Licitações do Banco. Uma Matriz de Avaliação justifica as pontuações atribuídas aos candidatos, diminuindo subjetividades e pontuações meramente matemáticas.

Quando o contrato for por produto (preço global) os Termos de Referência devem ser elaborados de forma estratégica para a construção da estimativa de custos, o que implica em se definir para cada produto as respectivas atividades que serão desenvolvidas. Para os contratos com base no tempo, em que produtos não são definidos, deve-se listar no TDR todas as atividades necessárias aos serviços de assessoria. Contratos por tempo em geral têm pagamentos mensais, conforme as horas trabalhadas, registrando-se as atividades desenvolvidas, inclusive se anexando registros de trabalhos realizados.

Para Consultoria Individual não há edital e não pode haver no Termo de Referência cláusulas punitivas. O não recebimento pelo serviço mal feito já é considerado a punição. Porém, devem prever avaliações para renovação ou não do contrato.

O Banco Mundial não possui modelo padrão de contrato para consultoria individual. De toda sorte, é necessário que esses contratos, independentemente do organismo coexecutora contratante, contemplem as Cláusulas de Combate à Fraude e à Corrupção. Quando isso não é possível, o Banco recomenda que haja cláusula que informe que o TDR é parte integrante do contrato como se neste estivesse transcrito.

Como a fase III do Projeto São José conta com equipe que foi contratada por meio de processo de seleção na regra do Banco Mundial, para não haver perdas da experiência acumulada, o Banco Mundial dará não objeção para que a equipe atual integre o São José IV (contratação direta por continuidade).

Consultorias de Empresas

Para as Consultorias de Empresas previstas, se faz necessário identificar todas as potenciais empresas/organizações que possam executar os serviços com qualidade. Isso deve ser feito com antecedência ao início dos certames e o levantamento deve ser realizado com órgãos parceiros que realizam licitações, por meio de pesquisa em internet, por meio de consultas a sindicatos e associações de classe, ou lista de empresas que participaram de listas curtas anteriores em serviços similares.

Para o sucesso de uma abordagem de licitações é necessário comportamento proativo e tempestivo das equipes do Projeto na divulgação e no contato com as potenciais empresas, após publicação do certame, para estimular suas participações, informando que se trata de licitação financiada pelo Banco Mundial. Isso traz maior credibilidade às empresas quanto a certeza de se receber o pagamento pelos serviços prestados. Em anexo a este documento, há listas de empresas que prestam serviços relativos às atividades previstas no Plano de Aquisições.

É indicado que os editais permitam consórcios, de forma a viabilizar a soma de experiências entre empresas nacionais, como também internacionais, podendo ser aplicado no edital, pontuação para a “participação de nacionais entre os especialistas”.

As licitações previstas com abordagem internacional deverão ser publicadas no UNDB (site das nações unidas). O Banco apoiará essa publicação intermediando o procedimento necessário, de forma que a participação de empresas estrangeiras possa agregar a melhor adequação à demanda. Geralmente essas empresas se consorciaram com as nacionais, quando assim o edital permite, o que favorece a troca de experiência e o enriquecimento da prestação dos serviços.

É importante análise prévia dessas empresas para verificar se não integram listas negativas do Banco Mundial, como também do governo brasileiro, de forma a estarem impedidas de participação. E nessa ótica, todos os editais e contratos no âmbito do Financiamento do Banco Mundial contêm as cláusulas de combate à fraude e à corrupção.

Bens e Serviços Comuns

Para aquisições e serviços comuns por SDC, até USD 100.000,00 dólares americanos, tanto no âmbito da UGP ou das ERBs, devem-se obter do mercado ao menos três cotações que atendam as especificações técnicas. Recomenda-se solicitar ao menos para 5 ou 6 empresas locais, de forma a garantir que serão recebidas ao menos três cotações. Valores maiores de USD 100.000,00 deve-se seguir o método

estabelecido no Plano de Aquisições aprovado pelo Banco. Para esta licitação na modalidade convite (Solicitação de Cotação), não há edital padrão do Banco e não é também uma exigência o ter. Nesse entendimento, deve-se inserir as Cláusulas de Combate à Fraude e à Corrupção no contrato e não sendo possível, no documento base (Termo de Referência e/ou Especificação Técnica).

Os métodos SDC e SDO podem ser substituídos por Pregão Eletrônico desde que haja a supressão da fase de negociação final realizada pelo Pregoeiro junto à empresa de vencedora.

Obras

As obras previstas no Projeto são de baixa complexidade e voltadas para sistemas de abastecimento de água, módulos sanitários, reformas e construção da sede do Projeto. Esta última recomenda-se utilizar a modalidade **turn key**, que significa “chave na mão”. Como esta não é uma modalidade do Banco Mundial, e sim uma estratégia de contratação, essa previsão deve constar do Termo de Referência.

- **Detalhamento Específico da abordagem de Aquisição – por Componente**

Componente 01 - Inclusão Econômica

Forma de Acesso

A Secretaria do Desenvolvimento Agrária, através da Unidade de Gerenciamento de Projetos realizará um diagnóstico das áreas estratégicas prioritárias, mapeando a atuação das cadeias produtivas em cada território do Estado do Ceará. Com o diagnóstico realizado, será elaborado um de Edital de Chamada Pública descrevendo os critérios de seleção/elegibilidade para manifestação de Interesse das Entidades Representativa dos Beneficiários.

Após a publicação e divulgação do edital de Chamada Pública, as Entidades Representativas dos Beneficiários, com o auxílio da Equipe do Projeto e da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Ceará – EMATERCE, através de oficinas de capacitações, irão preparar toda a documentação de habilitação necessária para enviar a manifestação de interesse.

Uma vez recebidas todas as manifestações de interesse, o Comitê de Elegibilidade instituído, realizará avaliação, concluindo quais são elegíveis ou não e divulgará o resultado.

Com as manifestações de interesses elegíveis, a equipe de Assistência Técnica contratada pelo Projeto, capacitará as Entidades Representativas dos Beneficiários, para elaboração dos Planos de Negócios com os requisitos necessários para a implementação e diretrizes do projeto. Após a elaboração dos Planos de Negócios, os mesmos serão enviados para o Comitê de análise do Projeto São José.

Os Planos de Negócios serão analisados e depois de aprovados, o Comitê envia uma comunicação para as Entidades Representativas dos Beneficiários, para a formalização do Instrumento Jurídico.

Planos de Negócios e Planos de Desenvolvimento das Comunidades Beneficiárias

A Secretaria do Desenvolvimento Agrário por meio da Unidade de Gerenciamento de Projetos realizará procedimentos para contratação de consultoria para realizar um diagnóstico das áreas estratégicas

prioritárias, mapeando a atuação das cadeias produtivas em cada território do Estado do Ceará (linha 19 e 29 do Resumo do EAPD).

Com o diagnóstico realizado, será elaborado um de Edital de Chamada Pública descrevendo os critérios de seleção / elegibilidade para manifestação de Interesse das Entidades Representativa dos Beneficiários.

Após a publicação e divulgação do edital de Chamada Pública, as Entidades Representativas dos Beneficiários, com o auxílio da Equipe do Projeto e da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Ceará – EMATERCE, através de oficinas de capacitações, que serão viabilizadas por meio do Instituto Agropolos (linha 37), tornando os beneficiários capazes de preparar toda a documentação de habilitação necessária e enviar a manifestação de interesse conforme estabelecido no edital.

Uma vez recebidas todas as manifestações de interesse, o Comitê de Análise Técnica instituído, com o apoio dos serviços de análise de uma empresa a ser contratada (linha 30), realizará avaliação, concluindo quais são elegíveis ou não e divulgará o resultado.

Com as manifestações de interesses elegíveis, a equipe de Assistência Técnica (Linha 32 e 33) contratada pelo Projeto, capacitará as Entidades Representativas dos Beneficiários, para elaboração dos Planos de Negócios com os requisitos necessários para a implementação e diretrizes do projeto. Após a elaboração dos Planos de Negócios, os mesmos serão enviados para o Comitê de Análise Técnica do Projeto, com o apoio de uma consultoria para análise dos subprojetos elaborados (Linha 31).

Os Planos de Negócios serão analisados, e, depois de aprovados, o Comitê divulgará os resultados, posteriormente será formalizado o Instrumento Jurídico para execução dos mesmos.

Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER, com organizações do terceiro setor

No estado do Ceará existe a política de Assistência e Extensão Rural, com organizações credenciadas no Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural – CEDR, criada com o objetivo de melhorar a renda e a qualidade de vida das famílias rurais, por meio do aperfeiçoamento dos sistemas de produção, de mecanismos de acesso a recursos, serviços e renda de forma sustentável.

Estes serviços de Assistência Técnica atenderão a todos os municípios alvo do projeto, onde se localizam os beneficiários. As organizações que atuam com estas atividades no estado do Ceará são na maioria do terceiro setor. O método SOF – Seleção por Orçamento Fixo, seleciona apenas uma organização. Porém, diante da área do Projeto a ser atendida, uma única organização, conforme realidade de mercado, não terá condições de atender a todos os beneficiários, isto impactaria em considerável atraso na execução.

Para minimizar esta realidade de mercado, é necessário que publicado editais de SOF por território ao menos, ou verificar a possibilidade de um edital de SOF por lote.

As organizações prestadoras dos serviços de ATER (linha 34) que serão contratadas, deverão ser cadastradas no Conselho Estadual do Desenvolvimento Rural – CEDR, devendo atender os seguintes critérios:

- Estar legalmente constituída há pelo menos cinco anos – Data do registro na Junta Comercial ou similar;
- Que no objeto de seu Estatuto, Contrato Social ou similar, estejam obrigatoriamente contempladas as atividades de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER;

- Apresentar área de atuação geograficamente definida no estado em que solicitar o credenciamento;
- Dispor de base geográfica no Estado em que solicitar o credenciamento –Sede, infraestrutura local de trabalho (veículos, computadores, outros) e equipe técnica local.
- Dispor de corpo técnico multidisciplinar qualificado e registrado em seus respectivos Conselhos, capaz de atender com qualidade os beneficiários da Pnater a que se propõe;
- Esta equipe deve ser formada, no mínimo, por 3 profissionais; 1 nível superior em Ciências Agrárias, 1 Nível Superior em Ciências Humanas ou Sociais e 1 de qualquer nível, diferente dos outros, desde que a área seja compatível com a atividade de ATER.
- Dispor de espaço físico definido para abrigar a equipe técnica e realização de eventos;
- Possuir experiência comprovada em ATER por no mínimo dois anos, nos últimos cinco anos.

No Componente 01 haverá contratações no âmbito de Termos de fomento. As licitações serão realizadas pelas Comissões de Licitações das Entidades Rurais Beneficiárias (ERBs).

Termo de Fomento: Instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas pelas organizações da sociedade civil, que envolvam a transferência de recursos financeiros

Contrato de Financiamento FEDAF: Contrato de empréstimo subsidiado através do Fundo Estadual de Desenvolvimento da Agricultura Familiar, para financiamento dos projetos produtivos.

Procedimentos de Aquisição dos Beneficiários e Estratégia de Suporte aos Beneficiários nesse Processo:

A Secretaria do Desenvolvimento Agrário, por meio do Projeto São José, realizará capacitações sobre o Regulamento de Aquisições do Banco Mundial, para as Entidades Representativas de Beneficiários, bem como dará todo o auxílio necessário na realização das Licitações e análises / revisões das mesmas.

Será contratada uma empresa (Linha xxx) para supervisionar a implantação irá apoiar as Entidades nas realizações e aprovações das licitações.

Contratações / Aquisições Centralizadas: A Secretaria do Desenvolvimento Agrário elaborará o Edital com as especificações decorrentes das demandas das Entidades Representativas dos Beneficiários, e enviará para a Comissão Central de Concorrência da Procuradoria Geral do Estado do Ceará. Após a conclusão do certame, serão geradas atas de registros de preços para adesão das entidades ou contratação via SDA e posterior permissão de uso.

Serão verificadas as possibilidades de pagamento feito pela SDA e entrega dos bens nas comunidades – retirando do Termo de Fomento o valor respectivo. Assim a SDA tombará os bens, entregará aos beneficiários para utilização mediante assinatura de termo de responsabilidade.

Participação Comunitária: As ERBs (Entidades Representativas de Beneficiários) deverão convidar os fornecedores que identificar, conforme a sua capacidade e disponibilidade, a comparecer em uma reunião da assembleia para lá apresentarem suas propostas. Diante da assembleia, os preços serão informados em voz alta e será dada igual oportunidade a cada um dos fornecedores que comparecerem para reduzir os seus preços. A melhor proposta será aquela de menor preço após esgotadas todas as possibilidades de redução. Após as proposições de preços será lavrada a Ata da Assembleia Geral indicando as empresas com a menores propostas apresentadas.

Solicitação de Cotação: A Solicitação de Cotação é o método que será utilizado pelas ERBs e é apropriado para aquisição de bens, serviços e obras de pequeno valor e de baixa complexidade. Trata-se de uma comparação de cotações de preços, obtidas junto a diversos fornecedores/empreiteiros, cujos contratos sempre serão outorgados aos participantes que ofertarem propostas válidas de menor preço avaliado, que atenda substancialmente as especificações técnicas. Em uma Solicitação de Cotação é necessário: (a) enviar por e-mail ou pessoalmente o pedido de cotação para fornecedores/empreiteiros que atuem com o respectivo nicho de mercado da aquisição. Esses devem ter recursos financeiros para concluir o contrato e devem ser idôneos. É necessário o mínimo 3 cotações válidas; e (b) constar claramente no pedido de cotação as especificações dos bens, obras e serviços de não-consultoria; as quantidades solicitadas; o prazo de execução (no caso de obras) e prazo contratual; as datas para apresentação das cotações e para os fornecimentos; e o lugar previsto para entrega do objeto. Vale lembrar que não é necessária a divulgação para esse método de aquisição, como também não é necessária reunião para o recebimento e/ou abertura das propostas.

Supervisão de Implantação, Pagamento e Prestação de Contas: Após a formalização, será iniciada a etapa de execução dos projetos produtivos, que serão supervisionados pelas Coordenadorias da Secretaria do Desenvolvimento Agrário, Técnicos de Campo do Projeto, EMATERCE e empresas contratadas.

Os pagamentos serão realizados através do Sistema e-parcerias diretamente aos credores por meio de uma ordem bancária de transferência – OBT ou FEDAF que será pago diretamente da conta do Fundo para o fornecedor após aprovação da documentação suporte.

Componente 02 – Serviço de Água

Fluxo de implantação

A Secretaria do Desenvolvimento Agrário, através da Unidade de Gerenciamento de Projetos terá, quatro formas de acesso distintas, sendo todas elas de acordo com critérios de priorização e elegibilidade bem definidos, estes condizentes com a forma de demanda: a) induzida; b) espontânea; c) proveniente do componente 1; d) requalificação dos sistemas existentes.

As etapas de elaboração de edital de chamada pública para manifestação de interesse das Entidades Representativas dos Beneficiários (ERB) são pertinentes às demandas (b), não se aplicando às demais. A divulgação deste edital será realizada pela Secretaria do Desenvolvimento Agrário, Colaboradoras, SISAR e demais parceiros envolvidos no processo.

Uma vez recebidas todas as manifestações de interesse, o comitê técnico de análise instituído, realizará avaliação concluindo quais são elegíveis ou não e divulgará a lista de classificação das Entidades de acordo com a pontuação, bem como o resultado das manifestações classificadas.

Com as manifestações de interesses elegíveis, será realizada contratação para estudo de viabilidade técnica (Linha 22) para todas as formas de demanda, com exceção da demanda induzida (a) que demandará contratação de consultoria especializada para diagnóstico de identificação de reservatórios para implantação dos sistemas integrados (Linha 20). Nos casos em que o manancial necessita de aporte, será perfurado poços por meio de empresa contratada para tal serviço (Linha 5). Posteriormente, será

contratada consultoria para elaboração dos Projetos Técnicos da obra (Linha 22). Após a elaboração, os mesmos serão enviados para revisão e análise das colaboradoras Cagece e Sohidra.

Após a aprovação do projeto, a SDA elaborará edital e enviará para Procuradoria Geral do Estado (PGE) para iniciar o processo licitatório para a contratação de empresa(s) especializada(s) para realização de obras de Sistema de abastecimento de água (Linha 1) e Módulos sanitários domiciliares (Linha 2). Com a conclusão do certame serão firmados os contratos e iniciadas as obras que serão fiscalizadas pelas colaboradas Cagece e Sohidra. Com a finalização do investimento o parceiro Sisar será encarregado da gestão da água e esgotamento sanitário junto às Entidades, para este último serviço será contratado o serviço (Linha 6).

O parceiro Sisar será contemplado com parque de energia solar (Linha 18) e serviço de pesquisa (Linha 11).

O componente 2 também atuará na área de reuso de águas cinzas através da contratação de empresas para elaboração de projetos (Linha 24), estudos de viabilidade (Linha 23) e implantação de sistemas de reuso de águas (Linhas 12).

Ao final destacamos a possibilidade de realização de projeto piloto de microcrédito através do Fundo Estadual de Desenvolvimento da Agricultura Familiar (FEDAF) para financiamento de melhorias dos Módulos Sanitários.

RESUMO DO EAPD

PLANO DE AQUISIÇÕES – 18 MESES

EXECUTOR	STEP	CATEGORIA	COMPONENTE	TÍTULO DO CONTRATO E DESCRIÇÃO	CUSTO TOTAL ESTIMADO	CUSTO TOTAL ESTIMADO	SUPERVISÃO DO BANCO	OPÇÕES DE ABORDAGEM DE MERCADO/TIPO DE CONCORRÊNCIA	MÉTODOS
					USD (3,62)				
					E AVALIAÇÃO DO RISCO				
SDA/PGE	93017	O	3	Construção da sede do Projeto	1.100.000	4.000.000	Revisão Posterior	Pública/Nacional	SDO
ANO 01									
SDA/PGE	93019	S	2	Serviço de Perfuração de 150 Poços – teste de qualidade e quantidade	1.450.000	5.250.000	Revisão Posterior	Pública/Nacional	RFP
ANO 01									
SDA/PGE	105438	S	1	Serviço de recuperação/preservação de áreas de caatinga (plano de manejo passivo)	3.679.000	13.318.000	Revisão Posterior	Pública/Nacional	SDO
ANO 01									
SDA/PGE	93020	S	2	Serviços de Limpeza de Fossas	500.000	1.800.000	Revisão Posterior	Pública/Nacional	SDO
ANO 01									
SDA/PGE	93021	S	2	Serviços de recuperação/preservação de áreas de mananciais	3.100.000	11.222.000	Revisão Posterior	Pública/Nacional	SDO
ANO 01									
SDA/PGE	93022	S	3	Serviço de mapeamento de solo	415.000	1.500.000	Revisão Posterior	Pública/Nacional	RFP
ANO 01									
SDA/PGE	93023	S	3		415.000	1.500.000		Pública/Nacional	SDO

ANO 01				Serviço de zoneamento agroecológico			Revisão Posterior		
SDA/PGE	93024	S	3	Serviço de coleta de dados para avaliação de impacto do projeto – 1ª Coleta	150.000	540.000	Revisão Posterior	Pública/Nacional	RFP
ANO 01									
SDA/PGE	93026	S	2	Serviço de pesquisa de qualidade do serviço, junto às comunidades atendidas pelo SISAR	140.000	500.000	Revisão Posterior	Pública/Nacional	RFP
ANO 01									
SDA/PGE	93027	S	3	Serviços de manutenção de sistemas de gerenciamento	350.000	1.250.000	Revisão Posterior	Pública/Nacional	RFP
ANO 01									
SDA/PGE	93028	B	3	72 Veículos	1.175.000	4.250.000	Revisão Posterior	Pública/Nacional	RFP
ANO 01				(UGP, EMATERCE, CAGECE, SOHIDRA, SISAR)					
SDA/PGE	93039	B	3	Equipamentos eletrônicos e de informática para a UGP e parceiros	1.100.000	4.000.000	Revisão Posterior	Pública/Nacional	RFP
ANO 01									
SDA/PGE	105450	B	3	Equipamentos mobiliários para a UGP e parceiros	300.000	1.100.000	Revisão Posterior	Pública/Nacional	RFP
ANO 01									
SDA/PGE	93041	B	3	Consumíveis (material de limpeza, copa, escritório ao longo do projeto)	200.000	725.000	Revisão Posterior	Pública/Nacional	SDC
ANO 01									
SDA/PGE	93042	B	3	Aquisição de Sistemas de Energia Solar para o SISAR	350.000	1.260.000	Revisão Posterior	Pública/Nacional	RFP
ANO 01									
SDA/PGE	93044	CI	2	Estudos para identificação de reservatórios para	82.000	300.000		Pública/Nacional	CI

ANO 01				implantação dos sistemas de abastecimento de água estruturados			Revisão Posterior		
SDA/PGE	93043	CI	1	Estudos para identificação das cadeias produtivas estratégicas da Agricultura Familiar	27.000	100.000	Revisão Posterior	Pública/Nacional	CI
ANO 01									
SDA/PGE	93046	CE	3	Contratação de consultoria para realizar estudo de reestruturação da EMATERCE	220.000	800.000	Revisão Posterior	Pública/Nacional	SQC
ANO 01									
SDA/PGE	105454	CE	2	Contratação de Empresa de Engenharia para realização de estudos de viabilidade de implantação de sistemas de abastecimento de água	300.000	1.100.000	Revisão Posterior	Pública/Nacional	SMC
ANO 01									
SDA/PGE	93047	CE	2	Contratação de Empresa de Engenharia elaboração de projetos de implantação de sistemas de abastecimento de água	2.300.000	8.300.000	Revisão Prévia	Pública/Nacional	SMC
ANO 01									
SDA/PGE	93048	CE	2	Contratação de Empresa de Engenharia para realização de 200 estudos de viabilidade e elaboração do projeto para sistemas de reuso de água	110.000	400.000	Revisão Posterior	Publica/Nacional	SMC
ANO 01									
SDA/PGE	93049	CI	2	Identificação de outros projetos de reuso e avaliar potencial replicação - Projeto de Reuso de Água	27.000	100.000	Revisão Posterior	Pública/Nacional	CI
ANO 01									
SDA/PGE	93050	CI	3	Sistematizar o Plano de Capacitação para o Projeto	27.000	100.000	Revisão Posterior	Pública/Nacional	CI
ANO 01									

SDA/PGE	93114	CI	3	Elaboração do Plano de Comunicação e Divulgação do Projeto	27.000	100.000	Revisão Posterior	Pública/Nacional	CI
ANO 01									
SDA/PGE	93127	CE	1	06 estudos detalhados das cadeias produtivas selecionadas	450.000	1.629.000	Revisão Prévia	Pública/Internacional	SBQC
ANO 01									
SDA/PGE	105743	CE	1	Contratação de consultoria para diagnósticos das entidades prioritizadas no Edital	1.000.000	3.600.000	Revisão Prévia	Pública/Internacional	SBQC
ANO 01				(Organizações locais com experiência rural) (1 SBQC)					
SDA/PGE	93135	CE	1	Contratação de consultoria elaboração planos de negócios	7.000.000	25.400.000	Revisão Prévia	Pública/Internacional	SBQC
ANO 01				(Organizações locais com experiência rural) (6 SBQC's)					
SDA/PGE	93137	CE	1	Contratação de consultoria para elaboração de planos de desenvolvimento das comunidades	900.000	3.260.000	Revisão Prévia	Pública/Internacional	SBQC
ANO 01				(Organizações locais com experiência rural)					
SDA/PGE	93138	CE	1	Contratação de Assessoria Técnica aos Planos de Negócios (260 planos por 1 ano)	3.600.000	13.000.000	Revisão Prévia	Pública/Nacional	SOF
ANO 01									
SDA/PGE	93170	S	3		210.000	760.000		Pública/Nacional	RFP

ANO 01				Contratação de serviços de manutenção de veículos			Revisão Posterior		
SDA/PGE	93171	S	3	Fornecimento de Combustível	500.000	1.810.000	Revisão Posterior	Pública/Nacional	RFP
ANO 01									
SDA/PGE	93172	CI	1	Contratação de Consultoria para elaboração de metodologia das capacitações dos grupos prioritários (mulheres)	15.000	54.000	Revisão Posterior	Pública/Nacional	CI
ANO 01									
SDA/PGE	105418	CI	1	Contratação de Consultoria para elaboração de metodologia das capacitações dos grupos prioritários (jovens)	15.000	54.000	Revisão Posterior	Pública/Nacional	CI
ANO 01									
SDA/PGE	105420	CI	1	Contratação de Consultoria para elaboração de metodologia das capacitações dos grupos prioritários (indígenas)	15.000	54.000	Revisão Posterior	Pública/Nacional	CI
ANO 01									
SDA/PGE	105421	CI	1	Contratação de Consultoria para elaboração de metodologia das capacitações dos grupos prioritários (quilombolas)	15.000	54.000	Revisão Posterior	Pública/Nacional	CI
ANO 01									
SDA/PGE	113748	CI	1	Contratação de Consultoria para análise das manifestações de interesse	73.000	264.000	Revisão Posterior	Publica/Nacional	CI
ANO 01									

A análise de BAIXO, MÉDIO e ALTO levou em consideração fatores de complexidade da licitação (abrangência dos serviços) e oferta de mercado, aliados aos itens estabelecidos na tabela de “Análise de Risco de Aquisições”.

CATEGORIAS DE GASTOS E SIGLAS
* O – Obras
* B – Bens
* S – Serviço de Não Consultoria
* CE – Consultoria Empresa
* CI – Consultoria Individual
* TF – Termo de Fomento

REVISÕES PRÉVIAS PARA PROJETOS COM NÍVEL DE RISCO MODERADO
Obras (incluindo turnkey, fornecedores, instalações de plantas, equipamentos e PPP) - acima de USD\$ 15 milhões
Bens, informações tecnológicas e serviços de não consultoria - acima de USD\$ 4 milhões
Consultorias de Empresa - acima de USD\$ 2 milhões
Consultoria Individual - acima de USD\$ 400 mil

Métodos de Aquisição de Bens, Obras e Serviços que não os de Consultoria:

Solicitação de Proposta – SDP

A SDP é um método competitivo usado para obter Propostas, comumente utilizado nos processos com muitas etapas, incluindo critérios classificatórios e uma metodologia de avaliação minuciosa. É recomendado quando o Mutuário especifica funcionalidades em seu documento de solicitação de propostas, permitindo aos Proponentes oferecer soluções ou Propostas personalizadas que variem na forma como atendem, ou superam, tais especificações.

Passo-a-passo de uma SDP - Via PGE

Ord	Atividade	Responsável	Tempo Médio (dias)
1	Elabora edital e anexos (especificações / projeto)	GERAQ/Área Técnica solicitante	20
2	Solicitação de não-objeção do Banco	Coordenador UGP	1
3	Envia carta de NOL	BIRD	7
4	Envia para publicação no DOE e em jornal de grande circulação - divulga data e hora da licitação	PGE	7
5	Prazo para elaboração e apresentação das propostas	Empresa	30
6	Realiza sessão de abertura das propostas técnicas - registra em ata	PGE	1

7	Avaliação das propostas técnicas e preparação do Relatório de Avaliação	GERAQ/Área Técnica solicitante	45
8	Divulgação do resultado e publicação da data de abertura das propostas financeiras	PGE	7
9	Abertura das Propostas financeiras	PGE	1
10	Avaliação das propostas técnico-financeiras e preparação do Relatório de Avaliação com a identificação da proposta mais vantajosa	GERAQ/Área Técnica solicitante	45
11	Solicitação de não-objeção do Banco	Coordenador UGP	1
12	Envia carta de NOL	BIRD	7
13	Encaminha processo para publicação da adjudicação e homologação do resultado	Jurídico UGP	2
14	Publica adjudicação e homologação do resultado	Casa Civil	7
15	Elabora o contrato e coleta assinaturas	Jurídico UGP	5
16	Publica o contrato	Casa Civil	7
17	Envio ao Banco da cópia do contrato assinado	Coordenador UGP	1

194

Note que o fluxo detalhado se aplica aos processos sujeitos à revisão prévia. Assim, caso se trate de processo com revisão posterior, pode-se ignorar os passos de pedido de não-objeção ao Banco.

Solicitação de Oferta – SDO

A SDO é um método competitivo usado para obter Ofertas, onde não há necessidade do uso de critérios de classificação, e sim uma única etapa usando critérios de qualificação (cujos requisitos mínimos são normalmente julgados no formato aprovação/ reprovação). É recomendado quando

o Mutuário descreve em detalhes os requisitos que os Ofertantes têm que atender com suas Ofertas.

Passo-a-passo de uma SDO - Via PGE			
Ord	Atividade	Responsável	Tempo Médio (dias)
1	Elabora edital e anexos (especificações / projeto)	GERAQ/Área Técnica solicitante	20
2	Solicitação de não-objeção do Banco	Coordenador UGP	1
3	Envia carta de NOL	BIRD	7
4	Envia para publicação no DOE e em jornal de grande circulação - divulga data e hora da licitação	PGE	7
5	Prazo para elaboração e apresentação das propostas	Empresa	30
6	Realiza sessão de abertura das propostas - registra em ata	PGE	1
7	Avaliação das propostas e preparação do Relatório de Avaliação	GERAQ/Área Técnica solicitante	30
8	Solicitação de não-objeção do Banco	Coordenador UGP	1
9	Envia carta de NOL	BIRD	7
10	Divulgação dos resultados DOE	PGE	7
11	Encaminha processo para publicação da adjudicação e homologação do resultado	Jurídico UGP	2

12	Publica adjudicação e homologação do resultado	Casa Civil	7
13	Elabora o contrato e coleta assinaturas	Jurídico UGP	5
14	Publica o contrato	Casa Civil	7
15	Envio ao Banco da cópia do contrato assinado	Coordenador UGP	1

133

Note que o fluxo detalhado se aplica aos processos sujeitos à revisão prévia. Assim, caso se trate de processo com revisão posterior, pode-se ignorar os passos de pedido de não-objeção ao Banco.

Solicitação de Cotação - SDC

O método SDC se baseia na comparação dos preços apresentados pelas empresas cotadas, recomendado para aquisição de quantidades limitadas de Bens com disponibilidade imediata ou de Serviços Técnicos de prateleira, mercadorias com especificações padronizadas ou obras simples de pequeno valor.

Passo-a-passo de uma SDC - Via PGE

Ord	Atividade	Responsável	Tempo Médio (dias)
1	Elabora edital e anexos (especificações / projeto / relação de fornecedores)	GERAQ/Área Técnica solicitante	15
2	Solicitação de não-objeção do Banco	Coordenador UGP	1
3	Envia carta de NOL	BIRD	7
4	Envia Convite aos Fornecedores Identificados - com data e hora limite para entrega das propostas	PGE	2

5	Prazo para elaboração e apresentação das propostas	Empresa	15
6	Realiza sessão de abertura das propostas - registra em ata	PGE	1
7	Avaliação das propostas e preparação do Relatório de Avaliação	GERAQ/Área Técnica solicitante	15
8	Divulgação dos resultados aos Concorrentes	PGE	1
9	Encaminha processo para publicação da adjudicação e homologação do resultado	Jurídico UGP	2
10	Publica adjudicação e homologação do resultado	Casa Civil	7
11	Elabora o contrato e coleta assinaturas	Jurídico UGP	2
12	Publica o contrato	Casa Civil	7
13	Envio ao Banco da cópia do contrato assinado	Coordenador UGP	1

76

Note que o fluxo detalhado se aplica aos processos sujeitos à revisão prévia. Assim, caso se trate de processo com revisão posterior, pode-se ignorar os passos de pedido de não-objeção ao Banco.

Contratação Direta - CD

Diante de considerações sobre proporcionalidade, adequação à finalidade e VfM, pode ser necessário adotar o enfoque de CD, que consiste em tratar e negociar com uma única empresa. Na hipótese de uma única empresa atender ao objeto da contratação ou de a preferência por determinada firma se justificar, este método pode ser apropriado. As circunstâncias para as quais a CD pode ser o método indicado está disposta no “Regulamento de Aquisições”:

Passo a passo - Contratação Direta - Setorial

Ord	Atividade	Responsável	Tempo Médio (dias)
1	Elabora especificação técnica, estimativa do custo e do orçamento e identificação de empresa executora/fornecedora e minuta do Contrato	GERAQ/Área Técnica solicitante	15
2	Prazo para elaboração e apresentação da proposta	Empresa	10
3	Elabora relatório de avaliação; Recomenda a contratação da Proposta avaliada	GERAQ/Área Técnica solicitante	10
4	Solicitação de não objeção à contratação direta	Coordenador UGP	1
5	Envia carta de NOL	BIRD	7
6	Solicita documentação necessárias para contratação	GERAQ/Área Técnica solicitante	5
7	Coleta assinatura do contrato	Jurídico UGP	5
8	Publica Contrato	Casa Civil	7
9	Envio ao Banco da cópia do contrato assinado	Coordenador UGP	1
10	Realiza publicação do contrato no website do Banco Mundial	BIRD	2

Note que o fluxo detalhado se aplica aos processos sujeitos à revisão prévia. Assim, caso se trate de processo com revisão posterior, pode-se ignorar os passos de pedido de não-objeção ao Banco.

Pregão Eletrônico

O Pregão Eletrônico é a modalidade de licitação instituída pela Lei Federal Nº 10.520, de 18/07/2002, com observância, subsidiariamente, no que couber, à Lei Nº8.666 e suas alterações subsequentes. A modalidade Pregão Eletrônico será aplicada no Projeto para aquisição de bens e serviços de não-consultoria, desde que através do “COMPRASNET”, portal eletrônico de aquisições do Governo Federal ou de qualquer outro sistema de pregão eletrônico aprovado pelo Banco Mundial. As exigências do Banco Mundial para utilização desta modalidade são: (a) uso do edital padrão do Banco Mundial; (b) que não haja negociação do preço por parte do pregoeiro, após a fase de lances; (c) que o *chat* não seja usado durante a fase de lances; (d) é aplicável somente para aquisição de “produtos de prateleira” e de serviços de não-consultoria já disponíveis no mercado. Se a mesma ata for usada mais de uma vez, no momento em que o valor acumulado de qualquer ata atinja o valor-limite para revisão prévia, o contrato passará a ser submetido à revisão prévia; (f) que todos os arquivos sejam mantidos na UGP para revisão posterior, incluindo os documentos do Pregão Eletrônico que deram origem à ata; (g) no caso de Registro de Preços, só será aceito quando realizado pela mesma entidade em que a UGP esteja alocada ou pela Procuradoria Geral do Estado (PGE); (h) que a quantidade-teto definida na ata não seja ultrapassada sob nenhuma circunstância; e (i) que o Pregão Eletrônico configure um mínimo nível de competitividade (pelo menos três proponentes). O **Sistema de Registro de Preços** será utilizado para eventuais aquisições de bens e serviços de não-consultoria quando comprovada a vantagem no preço, agilidade e rapidez no processo, etc. Deverá ser realizado por órgão cuja legitimidade seja devidamente comprovada.

Passo-a-passo de um Pregão Eletrônico - Via PGE

Ord	Atividade	Responsável	Tempo Médio (dias)
1	Elabora edital e anexos (especificações / projeto)	GERAQ/Área Técnica solicitante	15
2	Solicitação de não-objeção do Banco	Coordenador UGP	1
3	Envia carta de NOL	BIRD	10

4	Envia para publicação no DOE e em jornal de grande circulação - divulga data e hora da licitação	PGE	3
5	Prazo para elaboração e apresentação das propostas	Empresa	15
6	Realiza sessão pública de abertura das propostas. Inicia a fase de lances por meio do sistema eletrônico. Realiza o julgamento das propostas. Registra em ata	PGE	1
7	Prazo para envio da proposta de preço atualizada e documentos de qualificação	Empresa	3
8	Recebe cópia de todos os documentos apresentados pelos concorrentes	SDA Licitação	2
9	Avaliação das propostas e preparação do Relatório de Avaliação	GERAQ/Área Técnica solicitante	5
10	Solicitação de não-objeção do Banco	Coordenador UGP	1
11	Envia carta de NOL	BIRD	10
12	Divulgação dos resultados DOE	PGE	3
13	Encaminha processo para publicação da adjudicação e homologação do resultado	Jurídico UGP	2
14	Publica adjudicação e homologação do resultado	Casa Civil	5
15	Elabora o contrato e coleta assinaturas	Jurídico UGP	5
16	Publica o contrato	Casa Civil	5

17	Envio ao Banco da cópia do contrato assinado	Coordenador UGP	1
-----------	--	-----------------	---

87

Note que o fluxo detalhado se aplica aos processos sujeitos à revisão prévia. Assim, caso se trate de processo com revisão posterior, pode-se ignorar os passos de pedido de não-objeção ao Banco.

Métodos de Seleção de Serviços de Consultoria:

Seleção Baseada em Qualidade e Custo - SBQC

A SBQC é um processo competitivo entre empresas de consultoria pré-selecionadas para compor a lista curta no qual a vencedora é escolhida pelos critérios de qualidade da Proposta e custo dos serviços.

Passo-a-passo de uma SBQC - Via PGE

Ord	Atividade	Responsável	Tempo Médio (dias)
1	Preparação do Aviso de Solicitação de Manifestação de Interesse	GERAQ/Área Técnica solicitante	15
2	Divulgação do Aviso de Solicitação de Manifestação de Interesse	PGE	5
3	Recebimento dos portfólios	PGE	15
4	Avaliação dos portfólios por meio de critérios de avaliação pré-definidos e elaboração do Relatório de Avaliação e Formação da Lista Curta	GERAQ/Área Técnica solicitante	20

5	Preparação da Solicitação de Propostas - SDP (incluindo lista curta, termo de referência, minuta do contrato, etc.)	GERAQ/Área Técnica solicitante	20
6	Solicitação de não-objeção do Banco para a SDP, Termo de Referência - TR e lista curta	Coordenador UGP	1
7	Não-objeção à SDP (incluindo lista curta, TR e minuta do contrato)	Banco Mundial	7
8	Envio da SDP aos consultores da lista curta	PGE	3
9	Recebimento / abertura das propostas técnicas	PGE	20
10	Avaliação das propostas técnicas e preparação do Relatório de Avaliação Técnica	GERAQ/Área Técnica solicitante	15
11	Solicitação de não-objeção do Banco ao Relatório de Avaliação Técnica	Coordenador UGP	1
12	Não-objeção ao Relatório de Avaliação Técnica	Banco Mundial	7
13	Abertura das propostas financeiras	PGE	1
14	Avaliação das propostas financeiras e preparação do Relatório de Avaliação Combinada	GERAQ/Área Técnica solicitante	20
15	Divulgação do resultado da análise das propostas financeiras, com a recomendação de adjudicação à empresa vencedora.	PGE	5
16	Envio de convite para negociação à empresa vencedora	UGP	2

17	Negociação do contrato	UGP	2
18	Solicitação de não-objeção do Banco para a documentação de negociação do contrato (Ata da Reunião de Negociação, Minuta do Contrato rubricada, incluindo TR negociado).	Coordenador UGP	3
19	Não-objeção à documentação de negociação do contrato	Banco Mundial	7
20	Homologação (Secretário) / assinatura do contrato	Jurídico UGP	2
21	Publicação do extrato do contrato	Casa Civil	7
22	Envio ao Banco da cópia do contrato assinado	Coordenador UGP	2

180

Note que o fluxo detalhado se aplica aos processos sujeitos à revisão prévia. Assim, caso se trate de processo com revisão posterior, pode-se ignorar os passos de pedido de não-objeção ao Banco.

Seleção com Orçamento Fixo – SOF

A SOF é um processo competitivo entre empresas de consultoria pré- selecionadas para compor a lista curta no qual a vencedora é escolhida pelos critérios de qualidade da Proposta e custo dos serviços, diferenciando-se da SBQC porque o documento de solicitação de propostas indicará o custo do serviço expresso como orçamento disponível que não poderá ser ultrapassado. A SOF é indicada para as seguintes situações onde o tipo de Serviço de Consultoria demandado é simples e pode ser definido com precisão, com orçamento fixo, suficiente para a execução da tarefa, e definido dentro de limites razoáveis. A pontuação mínima e o orçamento para as Propostas técnicas serão definidos no documento de solicitação de propostas. A Proposta que alcançar a maior pontuação técnica e que atender ao requisito de orçamento fixo será considerada a Proposta Mais Vantajosa.

Passo-a-passo de uma SOF - Via PGE

Ord	Atividade	Responsável	Tempo Médio (dias)
1	Preparação do Aviso de Solicitação de Manifestação de Interesse, estimativa do custo e do orçamento, critérios da lista curta e minuta da solicitação de proposta - SDP.	GERAQ/Área Técnica solicitante	15
2	Divulgação do Aviso de Solicitação de Manifestação de Interesse	PGE	5
3	Recebimento das Propostas	PGE	15
4	Avaliação Técnica das propostas por meio de critérios de avaliação pré-definidos, elaboração do Relatório de Avaliação e elaboração de lista curta.	GERAQ/Área Técnica solicitante	20
5	Divulgação do resultado da Avaliação técnica das propostas recebidas.	PGE	1
6	Abertura das propostas financeiras das empresas que atingiram a nota técnica mínima.	PGE	7
7	Avaliação das propostas financeiras e preparação do Relatório de Avaliação Combinada	GERAQ/Área Técnica solicitante	20
8	Envio do Relatório de Avaliação Combinada, com a recomendação de adjudicação à empresa vencedora.	GERAQ/Área Técnica solicitante	5

9	Divulgação do resultado da análise técnica e financeira das propostas, com a recomendação de adjudicação à empresa vencedora.	PGE	
10	Envio de convite para negociação à empresa vencedora	UGP	2
11	Negociação do contrato	UGP	2
12	Solicitação de não-objeção do Banco para a documentação de negociação do contrato (Ata da Reunião de Negociação, Minuta do Contrato rubricada, incluindo TR negociado).	Coordenador UGP	3
13	Não-objeção à documentação de negociação do contrato	Banco Mundial	7
14	Emissão do Relatório de Julgamento Final	GERAQ/Área Técnica solicitante	5
15	Homologação (Secretário) / assinatura do contrato	Jurídico UGP	2
16	Publicação do extrato do contrato	Casa Civil	7
17	Envio ao Banco da cópia do contrato assinado.	Coordenador UGP	2

118

Note que o fluxo detalhado se aplica aos processos sujeitos à revisão prévia. Assim, caso se trate de processo com revisão posterior, pode-se ignorar os passos de pedido de não-objeção ao Banco.

Seleção pelo Menor Custo - SMC

A SMC, tal qual a SBQC, é um processo competitivo entre empresas de consultoria pré- selecionadas para compor a lista curta no qual a vencedora é escolhida pelos critérios de qualidade da Proposta e custo dos serviços. A SMC geralmente é indicada para serviços padronizados ou rotineiros por natureza, para os quais já existem práticas e padrões bem estabelecidos. O contrato será outorgado à empresa que apresentar a proposta de menor custo avaliado e que tenha atingido a nota técnica mínima definida.

Passo-a-passo de uma SMC - Via PGE

Ord	Atividade	Responsável	Tempo Médio (dias)
1	Preparação do Aviso de Solicitação de Manifestação de Interesse	GERAQ/Área Técnica solicitante	15
2	Divulgação do Aviso de Solicitação de Manifestação de Interesse	PGE	5
3	Recebimento dos portfólios	PGE	15
4	Avaliação dos portfólios por meio de critérios de avaliação pré-definidos e elaboração do Relatório de Avaliação e Formação da Lista Curta	GERAQ/Área Técnica solicitante	20
5	Preparação da Solicitação de Propostas - SDP (incluindo lista curta, TR e minuta do contrato, etc.)	GERAQ/Área Técnica solicitante	20
6	Solicitação de não-objeção do Banco para a SDP, TR e lista curta, se aplicável	Coordenador UGP	1
7	Não-objeção para ao pacote que inclui SDP, TR e lista curta, se aplicável	Banco Mundial	7

8	Envio da SDP aos consultores da lista curta	PGE	3
9	Recebimento / abertura das propostas técnicas	PGE	20
10	Avaliação das propostas técnicas e preparação do Relatório de Avaliação Técnica	GERAQ/Área Técnica solicitante	15
11	Solicitação de não-objeção do Banco ao Relatório de Avaliação Técnica, se aplicável	Coordenador UGP	1
12	Não-objeção para a avaliação técnica das propostas, se aplicável	Banco Mundial	7
13	Abertura das propostas financeiras das empresas que obtiveram a pontuação mínima para qualificação	PGE	1
14	Avaliação das propostas financeiras e preparação do Relatório de Avaliação Final	GERAQ/Área Técnica solicitante	20
15	Envio de convite para negociação à empresa vencedora	UGP	2
16	Negociação do contrato	UGP	2
17	Solicitação de não-objeção do Banco para a documentação de negociação do contrato (Ata da Reunião de Negociação, Minuta do Contrato rubricada, incluindo TR negociado), se aplicável	Coordenador UGP	3
18	Emissão do Relatório de Julgamento Final	GERAQ/Área Técnica solicitante	5
19	Homologação (Secretário) /assinatura e publicação do extrato do contrato	Jurídico UGP	2

20	Publicação do extrato do contrato	Casa Civil	7
21	Envio ao Banco da cópia do contrato assinado.	Coordenador UGP	2

173

Note que o fluxo detalhado se aplica aos processos sujeitos à revisão prévia. Assim, caso se trate de processo com revisão posterior, pode-se ignorar os passos de pedido de não-objeção ao Banco.

Seleção Baseada na Qualidade - SBQ

A SBQ avalia somente o critério de qualidade, desconsiderando-se o de custo. Se o documento de solicitação de proposta solicitar Propostas tanto técnicas como financeiras, na determinação da Proposta Mais Vantajosa somente será aberta e avaliada a Proposta financeira da empresa com a maior qualificação técnica. Se o documento de solicitação de propostas somente solicitar Propostas técnicas, a empresa que obtiver a melhor classificação nesse aspecto será convidada a apresentar sua Proposta financeira para negociação.

As circunstâncias para as quais a SBQ pode ser o método indicado, que permeiam desde a complexidade, análise de impacto a longo prazo e variação em sua execução está disposta no “Regulamento de Aquisições”:

Passo-a-passo de uma SBQ - Via PGE

Ord	Atividade	Responsável	Tempo Médio (dias)
1	Preparação do Aviso de Solicitação de Manifestação de Interesse	GERAQ/Área Técnica solicitante	15
2	Divulgação do Aviso de Solicitação de Manifestação de Interesse	PGE	5
3	Recebimento dos portfólios	PGE	15

4	Avaliação dos portfólios por meio de critérios de avaliação pré-definidos e elaboração do Relatório de Avaliação e Formação da Lista Curta	GERAQ/Área Técnica solicitante	20
5	Preparação da Solicitação de Propostas - SDP (incluindo lista curta, termo de referência, minuta do contrato, etc.)	GERAQ/Área Técnica solicitante	20
6	Solicitação de não-objeção do Banco para a SDP, Termo de Referência - TR e lista curta	Coordenador UGP	1
7	Não-objeção à SDP (incluindo lista curta, TR e minuta do contrato)	Banco Mundial	7
8	Envio da SDP aos consultores da lista curta	PGE	3
9	Recebimento / abertura das propostas técnicas	PGE	20
10	Avaliação das propostas técnicas e preparação do Relatório de Avaliação Técnica	GERAQ/Área Técnica solicitante	15
11	Abertura da proposta financeira da empresa com a maior nota técnica avaliada.	PGE	1
12	Avaliação da proposta financeira e preparação do Relatório de Avaliação Combinada	GERAQ/Área Técnica solicitante	20
13	Divulgação do resultado da análise da proposta financeira, com a recomendação de adjudicação à empresa vencedora.	PGE	5
14	Envio de convite para negociação à empresa vencedora	UGP	2

15	Negociação do contrato	UGP	2
16	Solicitação de não-objeção do Banco para a documentação de negociação do contrato (Ata da Reunião de Negociação, Minuta do Contrato rubricada, incluindo TR negociado).	Coordenador UGP	3
17	Não-objeção à documentação de negociação do contrato	Banco Mundial	7
18	Emissão do Relatório de Julgamento Final	GERAQ/Área Técnica solicitante	5
19	Homologação (Secretário) / assinatura do contrato	Jurídico UGP	2
20	Publicação do extrato do contrato	Casa Civil	7
21	Envio ao Banco da cópia do contrato assinado.	Coordenador UGP	2

177

Note que o fluxo detalhado se aplica aos processos sujeitos à revisão prévia. Assim, caso se trate de processo com revisão posterior, pode-se ignorar os passos de pedido de não-objeção ao Banco.

Seleção Baseada nas Qualificações do Consultor - SQC

A SQC é indicada para pequenos serviços ou Situações de Emergência que não justifiquem a elaboração e avaliação de Propostas. O Mutuário solicitará manifestações de interesse (MI), anexando o TDR à solicitação de manifestação de interesse (SMI). Serão convidadas a apresentar informações sobre experiência e qualificações pertinentes pelo menos três empresas qualificadas. Dentre as empresas que tenham apresentado MI, o Mutuário selecionará a que possuir as melhores qualificações e relevante experiência, que será convidada a apresentar suas Propostas técnica e financeira para negociação. As SMIs dispensam divulgação pública.

Passo-a-passo de uma SQC - Via PGE

Ord	Atividade	Responsável	Tempo Médio (dias)
1	Preparação do Aviso de Solicitação de Manifestação de Interesse	GERAQ/Área Técnica solicitante	15
2	Divulgação do Aviso de Solicitação de Manifestação de Interesse	PGE	5
3	Recebimento dos portfólios	PGE	15
4	Avaliação dos portfólios por meio de critérios de avaliação pré-definidos e elaboração do Relatório de Avaliação e Formação da Lista Curta	GERAQ/Área Técnica solicitante	20
5	Preparação da Solicitação de Propostas - SDP (incluindo lista curta, TR e minuta do contrato, etc.)	GERAQ/Área Técnica solicitante	20
6	Solicitação de não-objeção do Banco para a SDP, TR e lista curta	Coordenador UGP	1
7	Não-objeção à SDP, TR e lista curta, se aplicável	Banco Mundial	7
8	Envio da SDP ao consultor (1º lugar da lista curta / melhor qualificado)	PGE	3
9	Recebimento / abertura da proposta técnico-financeira	PGE	20
10	Avaliação da proposta técnico-financeira e preparação do Relatório de Avaliação	GERAQ/Área Técnica solicitante	15

11	Envio de convite para negociação à empresa vencedora	UGP	2
12	Negociação do contrato	UGP	2
13	Solicitação de não-objeção do Banco para a documentação de negociação do contrato (Ata da Reunião de Negociação, Minuta do Contrato rubricada, incluindo TR negociado).	Coordenador UGP	3
14	Não-objeção para a documentação de negociação do contrato, quando for o caso	Banco Mundial	7
15	Emissão do Relatório de Julgamento Final	GERAQ/Área Técnica solicitante	5
16	Homologação (Secretário) /assinatura	Jurídico UGP	2
17	Publicação do Extrato do contrato, se aplicável	Casa Civil	7
18	Envio ao Banco da cópia do contrato assinado.	Coordenador UGP	2

151

Note que o fluxo detalhado se aplica aos processos sujeitos à revisão prévia. Assim, caso se trate de processo com revisão posterior, pode-se ignorar os passos de pedido de não-objeção ao Banco.

Contratação Direta - CD

Diante de considerações sobre proporcionalidade, adequação à finalidade e VfM, pode ser necessário adotar o enfoque de CD, que consiste em tratar e negociar com uma única empresa. Na hipótese de uma única empresa atender ao objeto da contratação ou de a preferência por determinada firma se justificar, este método pode ser apropriado. As circunstâncias para as quais a CD pode ser o método indicado está disposta

no “Regulamento de Aquisições”:

Passo-a-passo de uma Consultoria Individual (Contratação Direta) - Setorial

Ord	Atividade	Responsável	Tempo Médio (dias)
1	Preparação do Termo de Referência - TR *	GERAQ/Área Técnica solicitante	15
2	Envio de convite para negociação ao consultor	UGP	1
3	Negociação do contrato	UGP	2
4	Solicitação de não-objeção do Banco para a documentação de negociação do contrato (Ata da Reunião de Negociação, Minuta do Contrato rubricada, incluindo TR negociado).	Coordenador UGP	2
5	Não-objeção à documentação de negociação do contrato	Banco Mundial	7
6	Publicação do extrato do contrato	Casa Civil	7
7	Envio ao Banco da cópia do contrato assinado.	Coordenador UGP	1

35

Note que o fluxo detalhado se aplica aos processos sujeitos à revisão prévia. Assim, caso se trate de processo com revisão posterior, pode-se ignorar os passos de pedido de não-objeção ao Banco.

Métodos de aquisição a serem utilizados pelos Coexecutores:

Insituto Agropolos do Ceará - IAC

Solicitação de Cotação

O método SDC se baseia na comparação dos preços apresentados pelas empresas cotadas, recomendado para aquisição de quantidades limitadas de Bens com disponibilidade imediata ou de Serviços Técnicos de prateleira, mercadorias com especificações padronizadas ou obras simples de pequeno valor.

Passo-a-passo de uma SDC- Instituto Agropolos do Ceará

Ord	Atividade	Responsável	Tempo Médio (dias)
1	Elabora edital e anexos (especificações / projeto / relação de fornecedores)	Setor de Licitações / Área Técnica solicitante	10
2	Submeter Edital para apreciação da UGP	UGP	2
3	Solicitação de não-objeção do Banco	Coordenador UGP	1
4	Envia carta de NOL	BIRD	7
5	Envia Convite aos Fornecedores Identificados - com data e hora limite para entrega das propostas	Setor de Licitações / Área Técnica solicitante	2
6	Prazo para elaboração e apresentação das propostas	Empresa	15

7	Realiza sessão de abertura das propostas - registra em ata	Setor de Licitações / Área Técnica solicitante	1
8	Avaliação das propostas e preparação do Relatório de Avaliação	Setor de Licitações/Área Técnica solicitante	15
9	Submeter Relatório de Avaliação para apreciação da UGP	UGP	2
10	Divulgação dos resultados aos Concorrentes	Jurídico IAC	2
11	Elabora o contrato e coleta assinaturas	Jurídico IAC	2
12	Envio ao Banco da cópia do contrato assinado	Coordenador UGP	1

60

Note que o fluxo detalhado se aplica aos processos sujeitos à revisão prévia. Assim, caso se trate de processo com revisão posterior, pode-se ignorar os passos de pedido de não-objeção ao Banco.

Pregão Eletrônico

O Pregão Eletrônico é a modalidade de licitação instituída pela Lei Federal Nº 10.520, de 18/07/2002, com observância, subsidiariamente, no que couber, à Lei Nº8.666 e suas alterações subsequentes. A modalidade Pregão Eletrônico será aplicada no Projeto para aquisição de bens e serviços de não-consultoria, desde que através do “COMPRASNET”, portal eletrônico de aquisições do Governo Federal ou de qualquer outro sistema de pregão eletrônico aprovado pelo Banco Mundial. As exigências do Banco Mundial para utilização desta modalidade são: (a) uso do edital padrão do Banco Mundial; (b) que não haja negociação do preço por parte do pregoeiro, após a fase de lances; (c) que o *chat* não seja usado durante a fase de lances; (d) é aplicável somente para aquisição de “produtos de prateleira” e de serviços de não-consultoria já disponíveis no mercado. Se a mesma ata for usada mais de uma vez, no momento em que o valor acumulado de qualquer ata atinja o valor-limite para revisão prévia, o contrato passará a ser submetido à revisão prévia; (f) que todos os arquivos sejam mantidos no IAC para revisão posterior, incluindo os documentos

do Pregão Eletrônico que deram origem à ata; (h) que a quantidade-teto definida na ata não seja ultrapassada sob nenhuma circunstância; e (i) que o Pregão Eletrônico configure um mínimo nível de competitividade (pelo menos três proponentes). O **Sistema de Registro de Preços** será utilizado para eventuais aquisições de bens e serviços de não-consultoria quando comprovada a vantagem no preço, agilidade e rapidez no processo, etc. Deverá ser realizado por órgão cuja legitimidade seja devidamente comprovada.

Passo-a-passo de um Pregão Eletrônico - Instituto Agropolos do Ceará

Ord	Atividade	Responsável	Tempo Médio (dias)
1	Elabora edital e anexos (especificações / projeto)	Setor de Licitações / Área Técnica solicitante	15
2	Solicitação de não-objeção do Banco	Coordenador UGP	1
3	Envia carta de NOL	BIRD	7
4	Divulgação da data e hora da licitação	Setor de Licitações	1
5	Prazo para elaboração e apresentação das propostas	Empresa	8
6	Realiza sessão pública de abertura das propostas. Inicia a fase de lances por meio do sistema eletrônico. Realiza o julgamento das propostas. Registra em ata	PGE	1
7	Prazo para envio da proposta de preço atualizada e documentos de qualificação	Empresa	3
8	Recebe cópia de todos os documentos apresentados pelos concorrentes	Setor de Licitações	2

10	Avaliação das propostas e preparação do Relatório de Avaliação	Setor de Licitações / Área Técnica solicitante	15
11	Submeter Edital para apreciação da UGP	UGP	
12	Solicitação de não-objeção do Banco	Coordenador UGP	1
13	Envia carta de NOL	BIRD	7
14	Divulgação do resultado	Jurídico IAC	1
15	Elabora o contrato e coleta assinaturas	Jurídico UGP	2
16	Envio ao Banco da cópia do contrato assinado	Coordenador UGP	1

65

Note que o fluxo detalhado se aplica aos processos sujeitos à revisão prévia. Assim, caso se trate de processo com revisão posterior, pode-se ignorar os passos de pedido de não-objeção ao Banco.

Consultoria Individual

Esse é o método a ser aplicado no Projeto para a seleção e contratação de consultores individuais. O que determina sua aplicação (em detrimento, por exemplo, de uma SQC) é a natureza dos serviços solicitados. Neste caso, não haverá necessidade de envolvimento de uma equipe, bem como de apoio profissional complementar. Essa seleção deverá se basear na comparação das qualificações de pelo menos três consultores qualificados. O contrato será outorgado àquele que seja melhor avaliado. Deverão ser submetidos os documentos da seleção para revisão prévia do Banco Mundial, quando aplicável

Passo-a-passo de uma Consultoria Individual - Instituto Agropolos do Ceará

Ord	Atividade	Responsável	Tempo Médio (dias)
-----	-----------	-------------	--------------------

1	Preparação do Termo de Referência - TR *	Área Técnica solicitante	15
2	Submeter o Termo de Referência para apreciação da UGP	UGP	3
3	Divulgação do Aviso de Manifestação de Interesse	Jurídico IAC	5
4	Recebimento dos currículos	Jurídico IAC	15
5	Avaliação dos currículos e preparação de Relatório de Avaliação	Área Técnica solicitante	15
6	Envio de convite para negociação ao consultor selecionado	Jurídico IAC	2
7	Negociação do contrato	Jurídico IAC / Área Técnica	2
8	Emissão do Relatório de Julgamento Final	Área Técnica solicitante	15
9	Submeter o Relatório para apreciação da UGP	UGP	3
10	Divulgação do resultado final	Jurídico IAC	1
11	Homologação / assinatura	Jurídico IAC	2

78

Contratação Direta - CD

Diante de considerações sobre proporcionalidade, adequação à finalidade e VfM, pode ser necessário adotar o enfoque de CD, que consiste em tratar e negociar com uma única empresa. Na hipótese de uma única empresa atender ao objeto da contratação ou de a preferência por determinada firma se justificar, este método pode ser apropriado. As circunstâncias para as quais a CD pode ser o método indicado está disposta

no “Regulamento de Aquisições”:

Passo-a-passo de uma Consultoria Individual (Contratação Direta) – Instituto Agropolos do Ceará

Ord	Atividade	Responsável	Tempo Médio (dias)
1	Preparação do Termo de Referência - TR *	Setor de Licitações/Área Técnica solicitante	15
2	Envio de convite para negociação ao consultor	Jurídico IAC	1
3	Negociação do contrato	Jurídico IAC / Área Técnica	2
4	Emissão do Relatório de Julgamento Final	Área Técnica solicitante	2
5	Submeter o Relatório para apreciação da UGP	UGP	7
6	Divulgação do resultado final	Jurídico IAC	7
7	Homologação / assinatura	Jurídico IAC	1

35

Note que o fluxo detalhado se aplica aos processos sujeitos à revisão prévia. Assim, caso se trate de processo com revisão posterior, pode-se ignorar os passos de pedido de não-objeção ao Banco.

Tribunal de Contas do Estado do Ceará

Seleção Baseada em Qualidade e Custo - SBQC

A SBQC é um processo competitivo entre empresas de consultoria pré-selecionadas para compor a lista curta no qual a vencedora é escolhida pelos critérios de qualidade da Proposta e custo dos serviços.

Passo-a-passo de uma SBQC - Tribunal de Contas do Estado do Ceará

Ord	Atividade	Responsável	Tempo Médio (dias)
1	Preparação do Aviso de Solicitação de Manifestação de Interesse	Setor de Licitações/Área Técnica solicitante	15
2	Divulgação do Aviso de Solicitação de Manifestação de Interesse	PGE	5
3	Recebimento dos portfólios	PGE	15
4	Avaliação dos portfólios por meio de critérios de avaliação pré-definidos e elaboração do Relatório de Avaliação e Formação da Lista Curta	Setor de Licitações/Área Técnica solicitante	20
5	Preparação da Solicitação de Propostas - SDP (incluindo lista curta, termo de referência, minuta do contrato, etc.)	Setor de Licitações/Área Técnica solicitante	20
6	Solicitação de não-objeção do Banco para a SDP, Termo de Referência - TR e lista curta	Coordenador UGP	1
7	Não-objeção à SDP (incluindo lista curta, TR e minuta do contrato)	Banco Mundial	7
8	Envio da SDP aos consultores da lista curta	PGE	3

9	Recebimento / abertura das propostas técnicas	PGE	20
10	Avaliação das propostas técnicas e preparação do Relatório de Avaliação Técnica	Setor de Licitações/Área Técnica solicitante	15
11	Solicitação de não-objeção do Banco ao Relatório de Avaliação Técnica	Coordenador UGP	1
12	Não-objeção ao Relatório de Avaliação Técnica	Banco Mundial	7
13	Abertura das propostas financeiras	PGE	1
14	Avaliação das propostas financeiras e preparação do Relatório de Avaliação Combinada	Setor de Licitações/Área Técnica solicitante	20
15	Divulgação do resultado da análise das propostas financeiras, com a recomendação de adjudicação à empresa vencedora.	PGE	5
16	Envio de convite para negociação à empresa vencedora	UGP	2
17	Negociação do contrato	UGP	2
18	Solicitação de não-objeção do Banco para a documentação de negociação do contrato (Ata da Reunião de Negociação, Minuta do Contrato rubricada, incluindo TR negociado).	Coordenador UGP	3
19	Não-objeção à documentação de negociação do contrato	Banco Mundial	7

20	Emissão do Relatório de Julgamento Final	Setor de Licitações/Área Técnica solicitante	5
21	Homologação (Secretário) / assinatura do contrato	Jurídico UGP	2
22	Solicitação de não-objeção do Banco para o contrato	Coordenador UGP	1
23	Não-objeção para o contrato	Banco Mundial	7
24	Publicação do extrato do contrato	Casa Civil	7
25	Envio ao Banco da cópia do contrato assinado	Coordenador UGP	2

193

Note que o fluxo detalhado se aplica aos processos sujeitos à revisão prévia. Assim, caso se trate de processo com revisão posterior, pode-se ignorar os passos de pedido de não-objeção ao Banco.

Método de aquisição a ser utilizado pelas ERBS:

Solicitação de Cotação: O método SDC se baseia na comparação dos preços apresentados pelas empresas cotadas, recomendado para aquisição de quantidades limitadas de Bens com disponibilidade imediata ou de Serviços Técnicos de prateleira, mercadorias com especificações padronizadas ou obras simples de pequeno valor.

Solicitação de Cotação

Passo-a-passo de uma SDC - Entidades Representativas de Beneficiários

Ord	Atividade	Responsável	Tempo Médio (dias)
1	Elabora edital e anexos (especificações / projeto / relação de fornecedores)	ERB	5
2	Submeter Edital para apreciação da UGP	UGP	2
3	Solicitação de não-objeção do Banco	Coordenador UGP	1
4	Envia carta de NOL	BIRD	7
5	Envia Convite aos Fornecedores Identificados - com data e hora limite para entrega das propostas	ERB	2
6	Prazo para elaboração e apresentação das propostas	Empresa	15
7	Realiza sessão de abertura das propostas - registra em ata	ERB	1
8	Avaliação das propostas e preparação do Relatório de Avaliação	ERB	5
9	Submeter Relatório de Avaliação para apreciação da UGP	UGP	2
10	Divulgação dos resultados aos Concorrentes	ERB	2
11	Elabora o contrato e coleta assinaturas	ERB	2
12	Envio ao Banco da cópia do contrato assinado	Coordenador UGP	1
			45

Note que o fluxo detalhado se aplica aos processos sujeitos à revisão prévia. Assim, caso se trate de processo com revisão posterior, pode-se ignorar os passos de pedido de não-objeção ao Banco.